



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE  
TECNOLOGIA,  
INFRAESTRUTURA E TERRITÓRIO (ILATIT)**

**GEOGRAFIA – BACHARELADO**

**O CIRCUITO ESPACIAL PRODUTIVO E OS CÍRCULOS DE COOPERAÇÃO DA  
CADEIA DE PROTEÍNA DO PEIXE:  
ESTUDO DE CASO DA PRODUÇÃO DE PEIXE NO OESTE PARANAENSE**

**FLÁVIA MARIA GOMES**

Foz do Iguaçu  
2018



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE TECNOLOGIA,  
INFRAESTRUTURA E TERRITÓRIO (ILATIT)**

**GEOGRAFIA – BACHARELADO**

**O CIRCUITO ESPACIAL PRODUTIVO E OS CÍRCULOS DE COOPERAÇÃO DA  
CADEIA DE PROTEÍNA DO PEIXE:  
ESTUDO DE CASO DA PRODUÇÃO DE PEIXE NO OESTE PARANAENSE**

**FLÁVIA MARIA GOMES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Tecnologia, Infraestrutura e Território da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Zeno Soares Crocetti

Foz do Iguaçu  
2018

FLÁVIA MARIA GOMES

**O CIRCUITO ESPACIAL PRODUTIVO E OS CÍRCULOS DE COOPERAÇÃO DA  
CADEIA DE PROTEÍNA DO PEIXE:  
ESTUDO DE CASO DA PRODUÇÃO DE PEIXE NO OESTE PARANAENSE**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Instituto Latino-  
Americano de Tecnologia,  
Infraestrutura e Território da  
Universidade Federal da  
Integração Latino-Americana,  
como requisito parcial à obtenção  
do título de Bacharel em  
Geografia.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientador: Prof. Dr. Zeno Soares Crocetti  
UNILA

---

Prof. Prof. Dr. Rubens Toledo Junior  
UNILA

---

Prof. Dr. Exovildres Queiroz Neto  
UNILA

Foz do Iguaçu, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Dedico este trabalho a todos que me ajudaram a caminhar até alcançar este resultado.

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar agradeço ao meu professor orientador Zeno Soares Crocetti não só pela constante orientação neste trabalho, mas sobretudo pela sua amizade, paciência e oportunidade, afinal foram 3 anos de orientação, desde a entrada no grupo de Pesquisa no segundo semestre de 2015 que resultou em uma Iniciação Científica até a construção deste Trabalho de Conclusão de Curso neste ano de 2018.

Aos professores da banca pela disponibilidade e gentileza de aceitar o convite com a expectativa de poderem agregar visões diferentes a este trabalho e possam auxiliar-me no enriquecimento deste trabalho.

Aos professores do Curso de Geografia e de outros cursos da Unila que tive a oportunidade de cursar disciplinas que me auxiliaram na construção de novos horizontes e visões. Ao professor Breno Viotto Pedrosa, que acompanhou a conturbada entrada na universidade no segundo semestre de 2015 que me auxiliou na resolução de conflitos administrativos que ocorreram nesse período da minha entrada (greve dos técnicos em 2015), ao Professor Marcelo Augusto Rocha pela oportunidade e disponibilidade de me orientar em outra Iniciação Científica voltada para a área de educação.

Aos colegas de curso que me acolheram com amizade, compreensão e conflitos, somos pessoas desentendimentos ao longo do percurso fazem parte da caminhada e nos fazem aprender a ser melhor a cada dia. Em especial ao Fernando Alcolea amizade construída ao longo desse percurso acadêmico que levo para a vida.

Agradeço a C.Vale Cooperativa Agroindustrial, pela recepção e oportunidade de visitar a planta agroindustrial situada em Palotina-PR parte fundamental para a realização deste trabalho.

Agradeço a minha família por compreenderem a minha escolha de voltar ao ambiente acadêmico com anseios que foram interrompidos há alguns anos atrás e retomados no ano de 2015. Em especial ao Leandro Bispo Veras por me convencer a vir para Foz do Iguaçu e possibilitou o início dessa nova jornada.

Enfim, agradeço a todos que passaram pelo meu caminho no intuito de ajudar, de colaborar de compreender minhas escolhas e atitudes, nem sempre cordiais, mas faz parte do universo acadêmico derramar, suor, lágrimas e sangue para a conquista de uma meta. Não posso esquecer das pessoas que atravancaram meu

caminho, essas me ajudaram a ser resistente, forte e evoluir como pessoa defendendo e reforçando meus valores pessoais e me tornando uma pessoa melhor a cada dia.

*" As palavras só têm sentido se nos ajudam a ver o mundo melhor.  
Aprendemos palavras para melhorar os olhos."*

*"Há muitas pessoas de visão perfeita que nada vêem...  
O ato de ver não é coisa natural.  
Precisa ser aprendido!"*

**Rubem Alves**

GOMES, Flávia Maria. **O Circuito Espacial Produtivo e os Círculos de Cooperação da Cadeia de Proteína do Peixe**: Estudo de Caso da Produção de Peixe no Oeste Paranaense. 2018. 67. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia Bacharelado) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2018.

## RESUMO

A formação da cadeia de proteína do peixe, na região Oeste do Paraná, está sendo cimentada sobre as estruturas dos Complexos Agroindustriais Cooperativos. A construção deste trabalho foi realizada através de revisão bibliográfica, trabalho de campo e análises dos resultados obtidos, ao decorrer dos capítulos serão discutidos temas como segurança e soberania alimentar numa perspectiva brasileira, o problema da infraestrutura, que atualmente representa um, dos principais gargalos logísticos brasileiros. A formação socioespacial da Região e do município de Palotina se faz necessário para compreender o local de estudo e nortear as relações cooperativa-cooperado e município. O percurso histórico do início das cooperativas no Brasil e no Estado do Paraná são imprescindíveis para a análise dos Complexos Agroindustriais existentes na região, verificar o papel do Estado brasileiro nesse processo. Por fim analisar os resultados obtidos no trabalho de campo e construir o circuito espacial produtivo do peixe e se círculo de cooperação nessa região e concluindo assistimos o nascimento da cadeia de proteína do peixe na região oeste do Paraná no ano de 2018.

**Palavras-chave:** Circuito Espacial Produtivo. Círculos de Cooperação. Piscicultura 3. Complexos Agroindustriais. Cooperativas.

GOMES, Flávia Maria. **The Spatial Productive Circuit and the circles of cooperation of Fish protein chain: case study of fish Production in the West of Paraná.** 2018.64. Work of conclusion of course (Graduation in Geography Bachelor's degree) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2018.

### **ABSTRACT**

The formation of the protein chain of fish, in the Western region of Paraná, is being cemented on the structures of Agroindustrial Complex cooperative. The construction of this work was conducted through literature review, field work and analysis of the results obtained, the chapters are discussed topics such as safety and food sovereignty in a Brazilian perspective, the problem of infrastructure, which currently represents a major logistics bottleneck, Brazilians. The socio-spatial formation of the region and the municipality of Palotina is necessary to understand the place of study and guide the cooperative relations-cooperated and municipality. The history of the beginning of cooperatives in Brazil and in the State of Paraná are indispensable for the analysis of agro-industrial Complexes in the region, check the role of the State in this process. Finally analyze the results obtained in the field work and build the spatial productive circuit of fish and if circle of cooperation in this region and in conclusion we have seen the birth of fish protein chain in Western Paraná in the year 2018.

**Key words:** Spatial Productive Circuit. Circles of cooperation. Fish farming. Agro-Industrial Complexes. Cooperatives.



## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	12
2. Capítulo I: Referencial Teórico e Revisão Bibliográfica.....	14
3. Capítulo II discussão sobre soberania e segurança alimentar, logística e infraestrutura.....	19
3.1: Segurança X Soberania Alimentar: Dilema da atualidade.....	19
3.2: Conceitos de logística e infraestrutura e circulação.....	21
4. Capítulo III: Estudo de caso sobre a piscicultura da região oeste do Paraná.....	27
4.1: Formação Socioespacial da Região Oeste do Paraná.....	27
4.2: Formação Socioespacial do Município de Palotina no Paraná.....	30
5. Capítulo IV: Evolução histórica das cooperativas, Estrutura político administrativa dos agentes envolvidos (cooperativa e produtores, sistema financeiro envolvido), análise de dados obtidos no campo.....	38
5.1: Cooperativismo no Brasil: políticas de fomento para esse setor.....	38
5.2. Estudo de Caso da Cadeia de Proteína do Peixe no Oeste do Paraná – C. Vale Cooperativa Agroindustrial – Palotina, Paraná.....	43
6. Considerações finais e resultados obtidos.....	57
7. Referências.....	58
Anexos.....	63
ANEXO A – Processo produtivo do abatedouro de peixe: C.VALE COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL.....	64

## 1. INTRODUÇÃO

A história da agricultura está diretamente ligada a história do homem, a domesticação de plantas e animais foram por muitos milênios a forma de construir os hábitos alimentares da humanidade.

Para analisarmos o modelo da piscicultura na região Oeste do Paraná, precisamos entender primeiramente para qual finalidade está sendo produzido esse peixe e qual modelo de agronegócio está sendo utilizado. O contexto desse trabalho é iniciar uma discussão sobre a formação de novas cadeias produtivas na região Oeste do Paraná, será enfatizada a piscicultura (cultivo de peixes em cativeiro) ou na cadeia de proteína do peixe.

No Capítulo I será realizado um resgate histórico da formação socioespacial da região oeste-paranaense, explicitar conceitos sobre cadeia produtiva, logística, soberania alimentar entre outros ao decorrer do trabalho.

Não obstante, a necessidade de trazer à tona o conceito de complexos agroindustriais, muito difundidos na década de 1970 e como as políticas públicas reforçaram o modelo de agronegócio proposto pela Revolução Verde, a seletividade do uso das tecnologias nas atividades agrícolas e por fim traçar um paralelo entre os Complexos Agroindustriais, que podem ser representados pelas cooperativas, e o modelo da piscicultura no oeste paranaense.

A necessidade de trazer à tona o conceito de complexos agroindustriais vem de encontro com as práticas realizadas pelas cooperativas, desde a captação dos cooperados até a distribuição de dividendos para os mesmos.

Já no Capítulo II será realizada a discussão sobre soberania e segurança alimentar pelo viés dos conceitos utilizados pelo Governo Brasileiro e problematizar as questões logísticas e infraestruturais no Brasil de modo geral.

O confronto das normas existentes vinculadas as políticas agrícolas, com a garantia da soberania alimentar da região, nos auxilia na demonstração da rede logística que alimenta essa cadeia de valor. Ao verificar os fluxos criados a partir das Cooperativas poderá ser identificado os circuitos espaciais produtivos, círculos de cooperação necessários para a realização do estudo de caso sobre a piscicultura da região Oeste do Paraná.

No Capítulo III será feito um resgate histórico da formação socioespacial da região Oeste do Paraná e do município de Palotina de forma superficial, com o objetivo de apresentar a localidade do objeto de estudo que é a cadeia de proteína do peixe nesta região.

O desenvolvimento do roteiro de entrevista, necessário para a identificação da formação socioespacial do Município de Palotina e mostrar a relação de dependência entre a população e a cooperativa de modo geral, para seguir um protocolo de observação conforme as legislações e a atuação das cooperativas, serão de base de dados primários. Outra fonte de coleta de dados utilizada, foi a pesquisa em bases de tratamento de dados consolidados provenientes de órgãos oficiais.

Esse trabalho tem o objetivo de espacializar e verificar a atuação das cooperativas, na região Oeste do Paraná, será enfatizado a atuação destas instituições na piscicultura (cultivo de peixes em cativeiro) ou na cadeia de proteína do peixe.

Analisar a territorialidade do circuito espacial produtivo do peixe na região oeste do Paraná poderá nos ajudar a compreender a importância das Cooperativas na região, além de identificar as estruturas político-administrativa dessas cooperativas e as redes que elas estão inseridas.

A construção deste trabalho foi a partir da revisão bibliográfica, da análise e atuação das cooperativas na região pesquisada e seus círculos de cooperação entre fornecedores, produtores, associados e cooperados. Já a identificação das estruturas político administrativas destas instituições é uma ferramenta de auxílio nas análises sobre a composição total da cadeia de proteína do peixe proposta neste estudo.

No Capítulo IV, será exposto os resultados obtidos no trabalho de campo, que se fez necessário para a comprovação da problematização e a hipótese através da realização de entrevista, coleta de dados em loco e observação do trabalho realizado nas cooperativas, abatedouros e nas propriedades que compõem esses circuitos espaciais produtivos e círculos de cooperação que envolvem a piscicultura regional.

Por fim apresentar as discussões e possíveis problemas que possam ser vivenciados por estas cooperativas no cenário atual, a partir da construção de uma cartografia que ilustre as territorialidades e redes encontradas provenientes da atuação das cooperativas na região Oeste do Paraná, especificamente a C.Vale Cooperativa Agroindustrial, localizada no ,município de Palotina .

## 2 DESENVOLVIMENTO

### 2 Capítulo I: Referencial Teórico e Revisão Bibliográfica

A agricultura se desenvolveu com a domesticação de variedades de plantas e animais para a sobrevivência humana. Desde então o homem deixou de ser nômade para se dedicar ao cultivo do solo e a criação de animais para o fornecimento de lã e carne.

Mazoyer (2010) descreve a sociedade inca e sua forma de produção agrícola, nesta estrutura agrária, existiam arquipélagos produtivos que garantiam a subsistência da sociedade, com o trabalho e as regiões produtivas definidas com o objetivo de garantir a alimentação. Nesta sociedade a produção de excedente era trocada com os outros arquipélagos produtivos, essas trocas permitiam o equilíbrio na alimentação dos incas. As técnicas utilizadas para o laboro do solo eram feitas conforme o relevo, o clima e a planta que se adaptava melhor as condições dos locais de cultivo. Não obstante, havia locais que produziam fertilizantes, sistemas adaptados com a criação de lhamas e cultivo de milho.

Com o desenvolvimento das técnicas, a formação de cidades e o crescimento populacional, a demanda por alimentos foi aumentando gradativamente. Ao passo que as revoluções tecnológicas não ocorreram apenas na indústria, elas ocorreram também na agricultura.

Dentro deste percurso histórico Mazoyer (2010) faz referências as revoluções agrícolas iniciadas no período neolítico com a domesticação de plantas, animais e a fixação do homem no território com a formação de vilarejos, cidades, a alteração do meio natural para poder realizar seus cultivos de subsistência e uma divisão simplificada do trabalho. Divisão do trabalho em que as crianças, idosos, mulheres trabalhavam ora nos afazeres domésticos ora na lavoura.

Com o passar do tempo e a evolução das técnicas, no final do século XIX e início do Século XX, nota-se uma mudança na agricultura, com o modelo de exportação brasileiro baseado na cana-de-açúcar e no café, a motorização agrícola inicia seu processo, a adubação química é adotada, produtos para a correção do solo, até então a mão de obra empregada no campo era familiar, braçal, a demanda por trabalhadores era alta, a maioria da população residia no campo, ou zona rural, não empregava mão de obra especializada.

A terceira revolução agrícola teve como marco o desenvolvimento tecnológico na agricultura com a Revolução Verde, movimento este, apoiado pelo Estado que facilitaram a difusão de pacotes tecnológicos que exigiam a aplicação da adubação química, o uso de defensivos agrícolas, sementes específicas, a biotecnologia começa a ser disseminada para a implantação de uma agricultura moderna e científica no território brasileiro.

O símbolo característico do desenvolvimento do agronegócio brasileiro começa a se desenvolver nas décadas de 1960 e 1970, com a implantação dos CAIs (Complexos Agroindustriais). Os CAIs representam a distribuição de uma gama de serviços ligados a produção, a industrialização, relações econômicas, a distribuição até o consumo final.

O Modelo de Complexos Agroindustriais, de acordo com Mazzalli (2000), estão falidos devido a nova forma de inserção internacional do mercado agrícola, as cooperativas de certa forma, realizam um resgate do beneficiamento e processamento industrial de produtos agropecuários.

Atualmente os CAIs, podem ser representados pelas Cooperativas em diversas localidades do Brasil, mas o foco deste trabalho é analisar as Cooperativas que montaram complexos industriais através da piscicultura.

A mão de obra empregada no campo começa a ser especializada, a mecanização gera a saída dos trabalhadores rurais não especializados para morar e trabalhar nas grandes cidades, esse movimento recebeu o nome de Êxodo Rural. Desse movimento rumo às grandes cidades, o trabalhador proveniente do campo - com características de atraso e sem qualificação – é absorvido pela indústria (frigoríficos instalados na região), pelo mercado de trabalho informal, na construção civil.

As políticas públicas foram imprescindíveis para o desenvolvimento desse tipo de agricultura, que é moderna, científica, globalizada que se desenvolveu e se expandiu de forma desigual no território na década de 1990 com a implantação do neoliberalismo, que favoreceu o enredamento da produção agrícola, criou o consumo produtivo no campo. Consumo este de produtos financeiros, ativos, insumos, assistência técnica, por fim a ausência do Estado como o principal agente financiador e estabelecedor de políticas de preço. Esta responsabilidade as tradings, holdings que assumiram esse papel de agente financiador e os preços dos produtos agrícolas (commodities) a mercê das leis de mercado e demanda internacional.

O campo passa a ser o sinônimo de moderno, atual, do local onde o “regime de acumulação sob a dominância do capital financeiro” denominado de mundialização do capital (CHESNAIS, 1996, p.24, apud Elias p.199), se reproduz com maior facilidade e velocidade e Alves (2001, apud Elias p.199) afirma ser uma nova etapa do desenvolvimento do capitalismo caracterizada pela predominância do capital financeiro no processo de acumulação capitalista. Acumulação esta, que se obtém por forma flexível, ligada a um emprego de novas tecnologias que são aplicadas ao solo e mudaram o paradigma do conceito de terra.

Neste sentido a relação entre a atual dinâmica do capitalismo e as novas tecnologias implicam em um constante investimento de tempo, capital, estruturas e infraestruturas, em pesquisa e desenvolvimento (P&D) que garantam o acesso de regiões agrícolas a tecnologia, a implantação das tradings, do escoamento da safra.

Por outro lado, a tecnologia não está disponibilizada para todos principalmente para os pequenos produtores ou produtores não capitalizados. A tecnologia está concentrada, e atraindo cada vez mais capital e tecnologia, como a incorporação de Sistemas de Informação no dia a dia da produção, a mão de obra é altamente especializada, e as cooperativas podem estar sendo o elo entre a tecnologia disponível e os pequenos produtores ou produtores não capitalizados.

Deste modo, a relação entre a atual dinâmica do capitalismo e suas implicações para o território se consolidam através das regiões competitivas agrícolas, regiões estas caracterizadas pela monocultura, especialização de serviços, a alienação do território. A formação de cidades do campo e/ou do agronegócio, cidades provenientes da demanda de serviços do campo. No território podemos perceber a monocultura predominante na paisagem aos equipamentos modernos nas propriedades. Regiões competitivas altamente tecnológicas, com mão de obra especializada, com carteira assinada coexistindo com regiões de agricultura não capitalizada, envolvida na lógica capitalista com relações de trabalho não capitalistas.

Essa difusão de inovação e da tentativa do capital se reproduzir no espaço, se dá de forma desigual e da tentativa forçada através de conjuntos de ações, a hegemonização de novas formas de produzir e um controle sobre uma fração ou frações do processo produtivo e do espaço.

Essas práticas espaciais, conforme Correa (1995, apud. Aracri p.5) são conjuntos de ações que criam, mantêm, desfazem ou refazem as formas geográfica,

identificada através da seletividade espacial, fragmentação, antecipação, marginalização espacial e a reprodução da região produtora.

Esse conjunto de fatores são estruturas sociais que devem ser compreendidas como projetos definidos de formação de regiões especializadas na produção de bens e serviços, neste texto será trabalhado a atuação das cooperativas, detentoras da cadeia de proteínas do peixe (piscicultura), na construção ou não de regiões especializadas e como se desenvolve esse processo na região Oeste do Paraná.

Castilho e Frederico, fazem a problematização dos espaços produtivos baseados no conceito de espaço geográfico apresentado por (LATOURET, 1994 e SANTOS, 1996), como um espaço híbrido constituído pela combinação de coisas materiais entre si e com as normas que regulam o uso, o acesso e a propriedade dessas coisas. A partir deste conceito foi trabalhado as diversas formas de compartimentação das regiões, neste caso as regiões desenvolvidas que recebem investimentos expressivos em seu território acarretando alta fluidez nas mercadorias, investimentos em infraestruturas para atender a lógica do mercado atuante nesta região. Em contrapartida as regiões subdesenvolvidas, que não recebem estes investimentos por não ser uma região de interesse hegemônico, este fenômeno os autores baseados em Araújo denominam de desintegração competitiva.

Neste contexto, a superação destes gargalos logísticos juntamente com a urbanização voltada para as atividades agrícolas modernas é crucial para a circulação e a continuação deste processo de construção de regiões agrícolas competitivas, o papel das cooperativas nesse processo tem sido o elo de enredamento dos pequenos produtores ao mercado consumidor.

Já Santos (2008, p. 56), apresenta que “circuitos espaciais de produção seriam as diversas etapas pelas quais passaria um produto, desde o começo do processo de produção até chegar ao consumo final”. Para compreender esse processo é necessário estudar como está constituída a parceria entre cooperativa e cooperado e de que forma está sendo essa inserção ao agronegócio (classes médias no campo) competitivo e rentável para esses produtores (piscicultores).

Ao entender todo esse percurso significa também entender os reflexos e impactos causados por tal matéria prima e, por conseguinte conhecer minuciosamente as diversas faces e relações estabelecidas com a sociedade. Para Castillo e Frederico (2010, p. 464) “os circuitos espaciais de produção pressupõem a circulação de matéria

no encadeamento das instâncias geograficamente separadas da produção, distribuição, troca e consumo, de um determinado produto, num movimento permanente”, assim a rede cooperativa na atuação da produção de proteínas atua no setor de planejamento, processamento e os cooperados ficam responsáveis pela produção da matéria-prima.

Observa-se, que os circuitos espaciais de produção e acumulação se estruturam a partir de uma “atividade produtiva definida como primária ou inicial e possuem uma série de fases ou escalões correspondentes aos distintos processos de transformação porque passa o produto principal da atividade até chegar ao consumo final” (SANTOS, 1986, p. 121). Esses modelos gerais para a aplicação nas diversas cadeias de proteínas existentes na região transforma os métodos e particularidades de cada uma delas em um padrão de produção pasteurizados, a ser analisado em loco.

Não obstante, Moraes (1985, p.3) elucida que os circuitos espaciais de produção e os círculos de cooperação no espaço devem, então, serem discutidos na ótica da mundialização do espaço geográfico e da globalização das relações sociais de produção. Trata-se de clarificar instrumentos conceituais para compreender a divisão espacial do trabalho em múltiplas escalas, divisão esta, que será identificada hierarquicamente e evidenciada ao decorrer da pesquisa.

Essa forma de comércio voltada ao mercado externo pode colocar em risco a soberania alimentar do Brasil, uma vez que, a produção em escala pregada pelo modelo de agronegócio brasileiro (agricultura moderna, intensiva de escala, grandes propriedades) favorece a exportação, o investimento maciço em poucos produtos alimentares (soja, milho, cadeias de proteína animal ligada a esses grãos) em detrimento de outros como a base alimentar brasileira (arroz e feijão).

Em paralelo a essa discussão do circuito espacial produtivo, a diferenciação de segurança e soberania alimentar se faz necessária, porque as cooperativas que até o final da década de 1980 possuíam a interferência do Estado Brasileiro nas suas práticas, previstas em lei, garantindo estoques reguladores, políticas de preços mínimos, abastecimento do mercado interno.

Por outro lado, na década de 1990 com a derrocada dos Complexos Agroindustriais, vinculados a grandes empresas Cargill, Bungüe entre outras, que atualmente mantem suas atividades no Brasil como operadores logísticos, o alto índice de endividamento dos produtores rurais, a dissolução e a liquidação (massa



falida) de cooperativas agrícolas juntamente com a nova política de gestão cooperativista prevista na Constituição de 1988, criou um novo horizonte para as cooperativas que “sobreviveram a essa catástrofe”.

A liberalização da economia colocou as cooperativas no cenário de concorrência com as empresas privadas do ramo alimentício e possibilitou a criação de planos de modernização, visto até então, como uma das molas propulsoras das profundas transformações que ocorreriam no setor cooperativo brasileiro.

## **Capítulo II discussão sobre soberania e segurança alimentar, logística e infraestrutura.**

### **3.1: Segurança X Soberania Alimentar: Dilema da atualidade**

No ano de 1996 a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), publica a Declaração de Roma sobre a segurança alimentar mundial, esse documento é fruto da Cúpula Mundial da Alimentação, com a participação de 126 países, realizada na Itália, em Roma no ano de 1996.

A partir desta declaração a segurança alimentar e nutricional é discutida, as ideias de desenvolvimento sustentável são inseridas nas práticas agrícolas com o objetivo da preservação do solo, entre outros aspectos voltados para as práticas de cultivo e manejo na produção de alimentos e a diminuição da fome no mundo.

No Brasil o conceito utilizado para segurança alimentar e nutricional é vinculado ao Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Consea, órgão criado em 22 de abril de 1993 pelo Decreto Lei 807/93 que rege as práticas alimentares voltadas a produção de alimentos de forma que garanta a autonomia alimentar do Brasil.

A Segurança Alimentar e Nutricional, enquanto estratégia ou conjunto de ações, deve ser intersetorial e participativa, e consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis. (BRASIL, 2018 p.1)

A partir, desse conceito apresentado pelo governo brasileiro, utilizado como base de discussão para esse trabalho, pode ser discutido perante ao modelo de agronegócio difundido amplamente no Brasil, modelo este que é fomentado pelas políticas públicas, possui respaldo da bancada ruralista, veiculado na mídia nacional

"Agro é tech", em contrapartida a agricultura familiar resiste, também com recursos financeiros recebidos proveniente de políticas públicas direcionadas à produção de alimentos.

Porém, essa configuração atual pode mudar a qualquer momento por ser políticas vinculadas a gestões (governos) e não a planejamento de estado (programas de longo prazo visando a continuidade da aplicação das ações propostas e sugeridas vinculadas as políticas públicas).

Pela ótica de Maniglia (2009, p.126) a segurança alimentar “era compreendida como uma política de armazenamento estratégico e de oferta segura e adequada de alimentos, e não como um direito de todo ser humano a ter acesso a uma alimentação saudável”, essa discussão entre o direito e a política lançam uma cortina de fumaça sobre a real discussão de como produzir alimentos e distribuí-los de forma igualitária no território brasileiro, vinculados a: empresas privadas; complexo agroindustriais cooperativos; produção de alimentos orgânicos pelos agricultores familiares e os pacotes tecnológicos inseridos no Brasil com a Revolução Verde na década de 1970.

Neste sentido, a soberania alimentar vem de encontro para garantir a segurança alimentar como direito, nos remetendo a discussão do acesso e distribuição de alimentos e a replicação dos modelos transpostos para o Brasil na década de 1970 a 1980.

A soberania alimentar é um princípio crucial para a garantia de segurança alimentar e nutricional e diz respeito ao direito que tem os povos de definirem as políticas, com autonomia sobre o que produzir, para quem produzir e em que condições produzir. Soberania alimentar significa garantir a soberania dos agricultores e agricultoras, extrativistas, pescadores e pescadoras, entre outros grupos, sobre sua cultura e sobre os bens da natureza. (BRASIL, 2018 p.1)

O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Consea, ao apresentar esse conceito de soberania elementar, no sentido de proteção e preservação da cultura e da natureza entra em rota de colisão com o modelo de agronegócio utilizado atualmente no Brasil, modelo este voltado para o uso de alta tecnologia (agricultura de precisão), a produção de grãos transgênicos, uso excessivo de agroquímicos, a padronização das cadeias produtivas.

Ao passo que esses modelos se propagam nas fronteiras agrícolas do país colocam em risco a soberania alimentar brasileira, no sentido da perda do banco de sementes crioulas e outras espécies típicas do Brasil e o distanciamento do produtor rural e do ciclo produtivo. Este distanciamento se coloca a partir do momento que as sementes se tornaram estéreis, até pouco tempo atrás os grãos eram colhidos e parte deles estocados para semente, com o avanço da biotecnologia as sementes estéreis empurradas aos agricultores pelo modelo de agronegócio não germinam, forçando os produtores a comprarem novas sementes a cada nova safra.

Neste contexto, algumas cooperativas mantem fazendas experimentais para a produção de sementes e fornece aos cooperados a cada safra, podendo ser um contraponto a prática dos pacotes tecnológicos, no entanto, a confirmar essa hipótese, pois elas podem ter parcerias ou não com as empresas que fornecem sementes transgênicas estéreis.

A discussão entre soberania e segurança alimentar perante ao modelo do agronegócio brasileiro se torna uma atitude de resistência, pois, a cada dia que passa a legislação é flexibilizada de acordo com o interesse das empresas, das bancadas e dos próprios agricultores, que priorizam a lucratividade em detrimento das consequências futuras ao solo.

A estrutura das cooperativas pode ser uma saída para os pequenos se inserirem no modelo de agronegócio moderno, uma vez que, elas representam o resgate dos complexos agroindustriais na atualidade. A diversidade de produtos e serviços oferecidos pelas cooperativas desde o plantio até a comercialização permeiam desde a exportação de matérias-primas até produtos ultra processados.

Não obstante as infraestruturas são necessárias nesse para a segurança alimentar, principalmente no viés do transporte e armazenamento.

### **3.2: Conceitos de logística e infraestrutura e circulação**

A discussão do tema logística implica no dilema do “custo Brasil”, esse custo que sinaliza o grau de competitividade do país no cenário global, reflete diretamente no custo de operações das empresas, neste caso das Cooperativas Agroindustriais.

Rodrigues (2003) propõe parâmetros qualitativos e quantitativos para mensurar a qualidade da logística, os quantitativos: custo e tempo e o qualitativo a

qualidade (o resultado do serviço prestado). Essa combinação de parâmetros influi na eficiência dos fluxos de armazenagem, transporte e impacta diretamente na rede de serviços prestadas pelas empresas de modo geral, especificamente nesse trabalho será tratado esses impactos sobre as cooperativas Agroindustriais.

Neste contexto, Dornier (2000, p.39) conceitua logística como a “gestão de fluxos entre as funções do negócio”, a fluxo de informações, mercadorias demandadas geradas pelas cooperativas são diferentes até certo ponto das empresas privadas. Nas cooperativas, os cooperados possuem uma relação diferente com a empresa, o acompanhamento e o próprio reconhecimento no produto é nítido, toda a família é envolvida no processo, talvez isso garanta a permanência desses produtores no campo e a formação de uma classe média rural.

O pacote de serviços oferecidos pelas cooperativas enreda os cooperados-integrados e os fornecedores, (de acordo com as informações coletadas no campo, os fornecedores, são produtores rurais, não-cooperados/acionistas, que entregam seus produtos a cooperativa por meio de “contrato de fidelidade”, esses produtores recebem todo o pacote de serviços disponibilizado pela cooperativa para a produção (grãos, proteína animal) e a comercialização, com o débito dos custos (empenho da produção) na hora da venda) cria uma relação de interdependência cooperado-cooperativa gera ao mesmo tempo vulnerabilidade, caso ocorra a influência de algo externo (bloqueio de exportações, queda nos preços das *commodities*) pode ocasionar grandes perdas para os produtores e conseqüentemente altos índices de endividamento.

Dias (2012) nos apresenta a função da logística como administradora e coordenadora dos recursos de toda movimentação da empresa, por essa ótica, a movimentação interna das cadeias de proteínas das cooperativas agroindustriais são a forma prática desse conceito, a rede de informações vinculadas a rastreabilidade no processo produtivo, exigido pelos órgãos internacionais de certificação, é uma realidade que permeia todas as decisões de planejamento e investimento das cooperativas nas plantas industriais.

Ao passo que a logística se torna estratégica para as empresas, as cooperativas nesse contexto possuem a estrutura completa e complexa ao se tratar de logística, as cooperativas agroindustriais, detém toda a cadeia produtiva desde a produção de grãos até o processamento da carne e o envio aos mercados internos e externos. Neste sentido, a definição apresentada pela Associação Brasileira de

Movimentação e Logística-ABML e Associação Brasileira de Logística – ASLOG, no Brasil:

Logística é uma parte da cadeia de abastecimento que planeja, implementa e controla com eficácia o fluxo e a armazenagem de bens, dos serviços e das informações entre o ponto de origem e o ponto de consumo destes itens, a fim de satisfazer todas as exigências dos consumidores em geral. (ABML; ASLOG, 2018, p.1)

A definição da Associação Brasileira de Movimentação e Logística-ABML e Associação Brasileira de Logística – ASLOG, privilegiam a circulação, perante aos fluxos criados pelo processo produtivo em si e a necessidade de escoamento da produção. A circulação exige investimentos diretos em infraestrutura, em capital político (bancadas vinculadas ao setor agro).

Castro (2014, p. 25) ao analisar a circulação, a partir do ponto de vista de Gottmann (1952), “como criadora de mudanças na ordem estabelecida no espaço”, alimenta a ideia que quem domina o sistema de circulação poderia fragmentar a cena política. Mas isso não ocorre por diversos motivos:

— O primeiro deles são fatores políticos conjunturais (crises inerentes ao capitalismo, troca de governos, instabilidade econômica);

— O segundo é a captação de recursos financeiros (países que possuem dificuldade em conseguir financiamentos (classificados em geral com alto risco de investimento atraem especuladores e não investidores em capital fixo (obras de infraestrutura);

— O terceiro é a não celebração de acordos de cooperação em áreas estratégicas para a circulação (governos ideologicamente divergentes, projetos realizados em áreas de preservação ambiental permanentes, áreas indígenas entre outros).

Neste contexto, a circulação para Gottmann é tratada econômica e politicamente, pois, ambas são interdependentes, não há como separá-las. A organização espacial proporcionada pelas obras de infraestrutura promoveu a formação de um sistema de circulação que envolve mercadorias, técnicas (modernizações locais como sistemas de telecomunicações, rodovias, empresas de diversos setores ou setores especializados em serviços específicos), pessoas (migrações, captação de mão-de-obra), e ideias.

Na ordem política ela desloca os homens, os exércitos e as ideias; na ordem econômica ela desloca as mercadorias, as técnicas, os capitais e os mercados; na ordem cultural ela desloca as ideias, refaz os homens. Ela constitui tanto circuitos de troca como de transferências de mão única. Tendo em vista a unidade do mundo acessível aos homens, ela forma um todo infinitamente ramificado. Localizar no espaço os fenômenos consiste em coloca-los nos sistemas de relações que a circulação anima (...) A circulação permite então organizar o espaço, e é no curso desse processo que o espaço se diferencia (GOTTMANN 1952:215 apud CASTRO,2014 p.25 op. cit.)

Essa diferenciação do espaço proposta por Gottmann e discutida por Castro, enfatiza a importância da circulação e como o espaço geográfico se configura e se organiza, de forma a revelar a intencionalidade nos projetos e na construção de obras de logística e infraestrutura para atender determinados interesses.

Na ótica de Castilho (2010) a logística é a manifestação geográfica da circulação no espaço, a partir desse pressuposto, os complexos agroindustriais formados pelas cooperativas se assemelham estruturalmente com a formação de *clusters* ou arranjos espaciais produtivos, por possuírem o controle se não total, mas a maioria do processo produtivo.

Não obstante, as cadeias agroindustriais demandam obras infraestruturais e um planejamento logístico que requer uma gama de serviços especializados, a gestão profissional é imprescindível, no caso das cooperativas, com o objetivo de permanecer, se adaptar as novas demandas de mercado.

[...] as cadeias agroindustriais – que investiram em infraestrutura, máquinas e equipamentos, além de capacitação de recursos humanos, empregando novas práticas de gestão – que tiveram sucesso diante do novo processo de acumulação da agricultura e conseguiram permanecer no mercado competitivo e globalizado. (OLIVEIRA, 2014, p.340)

Esse fenômeno da acumulação, via processo agrícola, tem tomado corpo conforme as fronteiras agrícolas avançam em alguns locais e se consolidam em outros. Na região oeste paranaense, a acumulação da agricultura e a formação de uma classe média no campo podem estar vinculadas as Cooperativas.

Deste modo, a necessidade da construção de redes e nós para o trânsito de informações e de mercadorias exigem obras específicas, seja por sistemas de telecomunicações (fibra ótica, redes de transmissão), seja para eixos de circulação (ferrovias, hidrovias, rodovias, pontes, portos e aeroportos) vinculados a logística com o objetivo de reduzir as perdas e custos de operações.

Neste contexto, Rodrigues (2003) propõe a discussão de logística, pela ótica da produtividade com o foco no abastecimento, armazenamento e no transporte, pontos sensíveis da estrutura logística atualmente. Na região oeste do Paraná, pode ser percebido a ausência ou a insuficiência de ligações estratégicas (Porto Seco localizado em Cascavel liga a região oeste até o Porto de Paranaguá, “obrigando” as empresas a realizar o transbordo para a ferrovia para seguir até o destino final) para o escoamento e recebimento de materiais, essa região servida apenas do modal rodoviário, impacta diretamente no custo logístico dessas empresas, no caso das Cooperativas essa estrutura é variada, a frota é composta de forma mista, frota própria, terceirizada e o cliente em alguns casos retira o produto direto na fábrica ou nos centros de distribuição.

Gaither (2008, p.439) define logística de forma geral referindo a “administração de movimento de materiais dentro da fábrica, ao embarque de materiais que chegam aos fornecedores e ao embarque de produtos que saem para os clientes”, essa visão da logística é voltada para as estratégias internas nas empresas, muito presente na forma de gestão das cooperativas.

A problemática que envolve a logística de forma geral, não gira entorno apenas da gestão das cooperativas, das estratégias das empresas, é uma discussão mais profunda envolvendo uma estrutura estatal, disponibilidade de orçamento público para investimento e manutenção da pífia infraestrutura existente, obtenção de financiamentos externos (liberação de recurso mediante penhora de bens públicos e reservas financeiras), decisões políticas, entre outras variáveis de interesse direto das empresas envolvidas nesse processo (licitações, concessões, parcerias).

Neste sentido, Oliveira (2014), problematiza dos déficits das contas públicas, relacionados aos reflexos das crises do petróleo e a crise do crédito.

[...]a deterioração das contas públicas, a economia brasileira abandonou algumas políticas setoriais, principalmente as voltadas para a agricultura e para a infraestrutura. E uma das consequências da crise fiscal-financeira no Brasil ao longo das décadas de 1980 e 1990 foi restringir a capacidade de o Estado manter linhas de financiamento para dar continuidade ao processo de desenvolvimento e alocar recursos para a expansão e a manutenção da infraestrutura. O resultado desse processo foi uma crescente deterioração da qualidade dos serviços de transporte, com impactos indesejáveis sobre a produtividade e a eficiência do sistema econômico. (OLIVEIRA, 2014, p.341)

Os problemas enfrentados pelos órgãos públicos, para fechar suas contas perdura até os dias de hoje, ora com planos de governo que priorizam investimento em obras de infraestrutura, ora com gestões restritivas orçamentariamente.

As concessões públicas, por um período, foi a solução encontrada pela gestão pública para realizar a manutenção e construção de obras infraestruturais, para que essa possibilidade fosse estruturada e tomasse forma de fato, existe um aparato legal que subsidia as licitações e concessões para a realização dessas obras.

No Artigo 175 da Constituição Federal da República Federativa do Brasil

Art.175.Incumbem ao poder público na forma de lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos. *Parágrafo único:* A lei disporá: I O regime das empresas concessionárias e permissionárias de serviços públicos, o caráter especial de seu contrato e de sua prorrogação, bem como as condições de caducidade, fiscalização e rescisão da concessão ou permissão; II os direitos dos usuários; III política tarifária; IV a obrigação de manter o serviço adequado. (BRASIL, 1988, p.52)

No ano de 1998 o presidente em exercício Fernando Henrique Cardoso sanciona a lei que regulamenta as concessões públicas previstas no Artigo 175 da Constituição Federal. A Lei nº 8.987 de 13 de fevereiro de 1995, conhecida como a “Lei das Concessões”, nela está descrito os procedimentos para a realização de concessão de serviços públicos a empresas privadas (concessionárias e permissionárias).

Art. 1º As concessões de serviços públicos e de obras públicas e as permissões de serviços públicos reger-se-ão pelos termos do art. 175 da Constituição Federal, por esta Lei, pelas normas legais pertinentes e pelas cláusulas dos indispensáveis contratos. *Parágrafo único.* A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios promoverão a revisão e as adaptações necessárias de sua legislação às prescrições desta Lei, buscando atender as peculiaridades das diversas modalidades dos seus serviços. (BRASIL, 1995 p.1)

Neste sentido, o Estado do Paraná realizou o processo de concessão das rodovias baseadas em eixos de integração, as praças de pedágios são localizadas muito próxima uma das outras, impactando diretamente o custo do frete. Todos os anos próximo aos reajustes dos contratos, há várias manifestações como abaixo assinados, cartas abertas, manifestações no sentido de frear o aumento no valor das tarifas cobradas.

No ano de 2004, então o presidente da República em exercício Luís Inácio Lula da Silva sanciona a lei nº 11.079 de 30 de dezembro de 2004, essa lei é o marco regulatório da possibilidade de contratação de parcerias públicas privadas (PPP), pela Administração Pública, conforme abaixo:

Art. 4º Na contratação de parceria público-privada serão observadas as seguintes diretrizes: I – eficiência no cumprimento das missões de Estado e



no emprego dos recursos da sociedade; II – respeito aos interesses e direitos dos destinatários dos serviços e dos entes privados incumbidos da sua execução; III – indelegabilidade das funções de regulação, jurisdicional, do exercício do poder de polícia e de outras atividades exclusivas do Estado; IV – responsabilidade fiscal na celebração e execução das parcerias; V – transparência dos procedimentos e das decisões; VI – repartição objetiva de riscos entre as partes; VII – sustentabilidade financeira e vantagens socioeconômicas dos projetos de parceria. (BRASIL, 2004 p.1)

Esse aparato legal, acima apresentado, permite a realização de obras de infraestrutura em todo território brasileiro, no entanto, apresenta muitas dificuldades de execução na prática, as empresas vencedoras das licitações, recebem a contrapartida do orçamento público e não investem a parte que lhe cabem no contrato, ou os lotes da concessão (leilões) não é de interesse das empresas e desistem do processo licitatório.

Esse gargalo logístico e infraestrutural brasileiro, aumenta significativamente os valores dos fretes que impactam diretamente o valor do produto final, pode ser considerado um dos indicadores do alto “custo Brasil”.

### **Capítulo III: Estudo de caso sobre a piscicultura da região oeste do Paraná**

#### **4.1: Formação Socioespacial da Região Oeste do Paraná:**

A história do Oeste do Paraná é marcada por vários tratados e acordos internacionais, esses acordos firmados com Portugal e Espanha, o Tratado de Tordesilhas (tratado que define as terras costeiras para Portugal e as continentais para Espanha) e o de Madri (devolução das terras espanholas a Portugal) são exemplos dessa divisão territorial.

A disputa pela posse de terras na região e que envolveu a União, empresas colonizadoras e o Estado do Paraná é resultado do impasse pela posse da terra proveniente desde a colonização do Brasil. Embora a confusão em torno da documentação fosse notada desde a época das ‘sesmarias’ (sistema de doação de terras promovido por Portugal no século XVI), o tumulto ficou mais evidente após a implantação da Lei de Terras de 1850 (PRIORI, 2012 p.85)

As terras do Oeste foram de domínio argentino e paraguaio, tanto na exploração de madeira quanto na erva-mate, financiados pelo capital inglês.

Esta região é marcada por conflitos de terras, colônias militares para servirem de apoio a Guerra do Paraguai ou Tríplice Aliança conforme abaixo:

O término da Guerra do Paraguai (1864-1870) evidenciou a apreensão com regiões de fronteira, a ponto de surgirem debates a respeito da criação de uma Colônia Militar na foz do Rio Iguaçu. Ainda assim, apenas em 1888, formou-se uma Comissão Estratégica, com o aval do Ministério da Guerra, para defender os interesses nacionais nessa região. (PRIORI 2012 p.61)

Neste sentido, outros conflitos que marcaram a região de forma profunda que resultaram em perdas territoriais para o Paraná, a Guerra do Contestado conforme descrito por Priori (2012):

O arbitramento não pôs fim às disputas travadas nessa região e os confrontos continuaram durante a segunda década do século XX. Nesse período, iniciou-se um litígio territorial nacional entre os Estados do Paraná e Santa Catarina por 48.000 km<sup>2</sup>, que ficou conhecido como Contestado. Paralelamente a essa disputa, desenvolveu-se na área um conflito messiânico que causou a morte de milhares de pessoas entre os anos de 1912 e 1916. Após o fim desse episódio, a questão territorial foi decidida judicialmente. (PRIORI 2012 p.62)

Após esse conflito o estado do Paraná ficou com os limites entre os estados (São Paulo e Santa Catarina) delineados sem alterações até hoje, mas várias ações políticas pós esse período, interferiram diretamente na dinâmica territorial dessa região.

A necessidade de ligar a região oeste ao restante do país as empresas loteadoras que venceram as licitações da época receberam glebas ao redor dessa estrada como forma de pagamento feito pelas benfeitorias realizadas na região.

A concessão de terras realizadas pelo governo estadual facilitou o processo de ocupação da região oeste, essas concessões foram feitas para grandes companhias que construíram estradas, ferrovias, calçamento e abriram picadas em áreas de floresta e exploraram a madeira e outros recursos imprescindíveis para a realização das obras.

O Instituto de Terras, Cartografia e Geologia do Paraná, em seu acervo, parte digitalizado, disponibiliza fragmentos que descrevem como aconteceu esse processo e os principais agentes que atuaram nessa “colonização”.

A Brazil Railway Company, de capital estadunidense e pertencente a uma figura icônica na história dessa região, Percival Farquhar, detentor da maioria da malha ferroviária brasileira.

Uma região marcada por grilagem, colonato, invasões de terras as companhias loteadoras lucraram e ao mesmo tempo foi o estopim para que esses conflitos acontecessem, ao passo que indígenas, sobreviventes da Guerra do Paraguai, imigrantes recém-chegados foram adquirindo as terras seja por usucapião ou invasões a efervescência do conflito já tinha sido constituída.

A construção do ramal para Guarapuava foi iniciada pela subsidiária da “Brazil Railway Company” a “Companhia Brasileira de Viação e Comércio” (BRAVIACO). Pela construção desse ramal, o Paraná concedeu à Braviaco inúmeras glebas de terras, entre as quais a de Missões, no sudoeste do

Estado, com 425.731 hectares, [...]para o oeste, em direção a Foz do Iguaçu, seguindo pela estrada carroçável, já se destacam dois núcleos, Catanduvas e Cascavel. Pela Picada a oeste de Pato Branco, surgem pequenos núcleo como Renascença e Santo Antônio, este último na fronteira com a Argentina. Aparece também a localização da gleba Missões, palco de futuros conflitos de terras. (ITCG, 2018 p.1)

Outro período de conflitos de terra que ocorreram na região foi a partir do segundo governo de Getúlio Vargas, com o intuito de povoar a região oeste, absorver um grande contingente de gaúchos sem opção de terras e trabalho, e na tentativa de instaurar a língua portuguesa nessa região, região esta, que o idioma mais falado era o guarani, o espanhol e as línguas maternas dos imigrantes.

A extensão de terra pertencente ao Território Federal do Iguaçu, mostrou a verdadeira intencionalidade do estado brasileiro de fomentar a especulação imobiliária, haja vista já era realizada pela BRAVIACO e *Brazil Railway Company*, agora financiada e incentivada por políticas públicas do governo federal.

Em 1943, em plena vigência da ditadura do Estado Novo, Getúlio Vargas concretizou o “Território Federal do Iguaçu”. Na realidade, sua criação ocorreu para que grupos econômicos do Rio Grande do Sul adquirissem extensas glebas de terra, entre outras as que haviam sido retomadas da “Brazil Railway Company”, e iniciassem lucrativos negócios imobiliários. O objetivo principal era orientar o excedente de mão-de-obra agrícola, que já começava a deixar o Rio Grande do Sul para outras unidades da Federação. Com a queda de Vargas em 1945 e a atuação dos constituintes paranaenses de 1946, esse Território foi extinto. Impedia-se dessa forma a amputação do território paranaense, em benefício de escusos negócios imobiliários. (ITCG, 2018 p.1)

A pressão realizada pelos grupos econômicos (burguesia gaúcha ligada à agricultura) e apoiadores de Vargas fomentaram esse mercado da compra e venda de terras, antes realizados por loteadoras, agora como terras devolutas, ou seja, nasce um novo levante no processo de usucapião, (ocupação e tratos culturais realizados durante 5 anos para adquirir o termo de posse das terras), grilagem de terras que resultaram em conflitos pela compra e venda de terras agora realizado por capitalistas gaúchos.

Além de nacionalizar e ocupar as fronteiras, outra questão inclusa nesse projeto eram os assuntos econômicos que estavam em evidência. Havia o interesse dos capitalistas gaúchos, por meio das companhias imobiliárias, de adquirirem terras na região oeste e sudoeste do Paraná. Dessa forma, o gaúcho Vargas, conhecido pelos empresários, mostrou-se favorável a esse grupo que acabaria por incentivar a colonização do território (BAHLS, 2007, p. 104).

Bahls (2007), elucida o quão foi propagado e aceito o discurso da marcha para o oeste e a nacionalização e ocupação das fronteiras que acabou criando um movimento de empresas loteadoras e/ou colonizadoras que foram imprescindíveis para a configuração urbana e agrícola da região atualmente.

Dentre as empresas que atuaram no Oeste do Estado merecem destaque as companhias Industrial Madeira e Colonizadora Rio Paraná Ltda. (Maripá); Pinho e Terras Ltda.; Industrial Agrícola Bento Gonçalves; Colonizadora Gaúcha Ltda.; Colonizadora Matelândia; Colonizadora Criciúma; Sociedade Colonizadora União D'Oeste Ltda.; e Colonizadora Norte do Paraná. Essas empresas, juntamente com outras de menor relevância, colonizaram uma área superior a dois milhões de hectares. Ao firmarem o acordo com o Estado, deveriam se dedicar às atividades relacionadas à madeira, à indústria, ao comércio e à venda das terras. (MYSKIW, 2002, p. 66)

Ao passo que Myskiw (2002) relata como foram subdivididas as glebas e lotes a conformação dos primeiros perímetros urbanos que nos remetem os modelos de Von Tünen, composto pelo perímetro urbano, áreas de cinturão verde e demais atividades agrícolas.

Os lotes coloniais, medindo em torno de 25 hectares, formariam perímetros de área diferentes de acordo com o relevo e a hidrografia. Ao redor dos núcleos populacionais foram criados lotes de 2,5 hectares, chácaras destinadas ao cultivo de hortigranjeiros. Internamente, os núcleos populacionais urbanos (vilas e cidades) seriam divididos em quarteirões, medindo geralmente 100 x 100 metros, ou seja, 10.000 metros quadrados (um hectare), contando cada quarteirão com 10 lotes de 100 metros quadrados (MYSKIW, 2002, p. 67).

Neste contexto, a região oeste do Paraná é formada por uma soma de fatores: conflitos de terra; companhias colonizadoras; políticas expansionistas realizadas pelo governo federal brasileiro na década se 1940 e provavelmente o interesse de proprietários de terras gaúchos em aumentar suas propriedades, essa efervescência de conflitos e interesses econômicos resultaram em transformações significativas identificáveis não somente na paisagem, mas sim na cultura dessa região.

#### **4.2: Formação Socioespacial do Município de Palotina no Paraná:**

O município de Palotina-PR nasce dentro dessa lógica expansionista, conhecida como a “Marcha para Oeste”, ocorrida na década de 1940, estimulada pelo governo brasileiro. Essas terras, antes devolutas, concedidas as companhias colonizadoras, no intuito de lucrar com a venda de terras (especulação fundiária),

promovendo o discurso de povoamento e a possibilidade de aquisição de propriedades pelos capitalistas gaúchos.

Neste sentido, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, no catálogo de cidades apresenta um breve histórico da formação socioespacial do município de Palotina, situado na região Oeste do Paraná.

[...]colonização de Palotina é Eugênio Leszcynski, que chegou na região em 1953, a serviço da colonizadora 'Pinho e Terras', como agrimensor. Ele relata, principalmente, as dificuldades de locomoção, sendo obrigado a andar de bicicleta e a pé de Candeia (distrito do atual Município de Maripá) até a vila de Palotina. (IBGE, 2018, p.1)

O Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES, realizou um levantamento da origem dos nomes dos municípios paranaenses no ano de 2006, esse documento elaborado pelo pesquisador João Carlos Vicente Ferreira [et.al], traz a origem dos nomes e fatos históricos ocorridos na formação dos 399 municípios que compõem o Estado do Paraná.

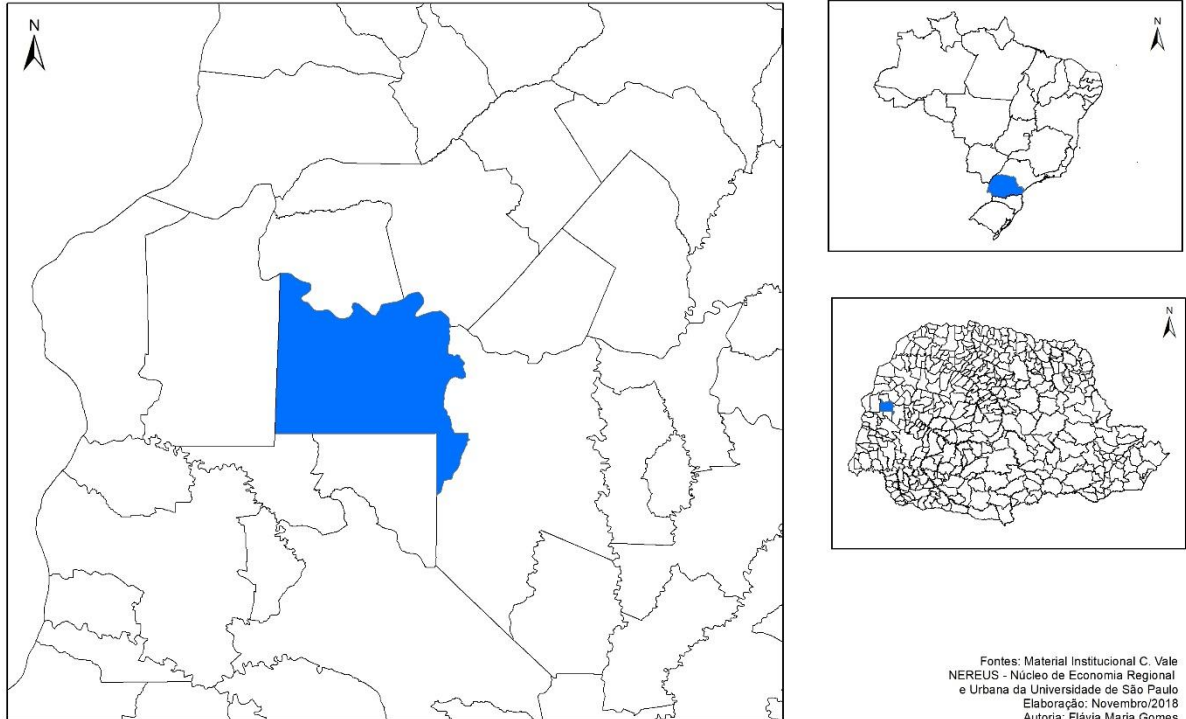
Neste sentido a origem do nome do Município de Palotina nos remete as missões jesuíticas que foram enviadas para essa região de domínio espanhol, de conversão indígena, de acordo com Ferreira a etimologia do termo Palotina tem a seguinte origem:

Palavra formada pelo termo “Pallotti” acrescido do sufixo nominativo “ina”. “Pallotti” é sobrenome que vem do latim, em referência ao santo Vicente Pallotti, nascido em Roma, em 21 de abril de 1795 e falecido na mesma cidade, a 22 de janeiro de 1850, tendo sido canonizado em 20 de janeiro de 1963, pelo Papa João XXIII. O sufixo nominativo “ina” vem do latim “inu”, e designa origem, semelhança, natureza (FERREIRA, 2006, p. 220)

O município de Palotina, localizado na região oeste do Paraná, de acordo com o Mapa 01, possui a população de 28.683 (Censo 2010, IBGE), divididos em urbano e rural, a população urbana é de 24.646, enquanto a rural é de 4.037, a população rural em 2010, representava cerca de 16,40% da população do município. Este resultado pode ser vinculado as atividades rurais que exigem mão de obra nas propriedades (planteis para a criação animal), podemos inferir que a população do campo até então está vinculada de alguma forma as atividades agroindustriais promovidas pela cooperativa.

## Localização de Palotina/ Paraná

Centro Administrativo da C. Vale



Fontes: Material Institucional C. Vale  
NEREUS - Núcleo de Economia Regional  
e Urbana da Universidade de São Paulo  
Elaboração: Novembro/2018  
Autoria: Flávia Maria Gomes  
\*Mapa sem escala

Quadro 01: Evolução Histórica do Município de Palotina

<b>Evolução Histórica do Município de Palotina - Paraná</b>		
<b>Anos</b>	<b>Fatos Históricos</b>	<b>Repercussão</b>
Século XVI	Tratado de Tordesilhas	Domínio Espanhol
Século XVII	Tratado de Madri	Domínio Português
1864-1870	Guerra do Paraguai	Conformação de fronteiras Brasil, Argentina e Paraguai
1895	Questão de Palmas	Território argentino incorporado ao Brasil
1912-1916	Conflito do Contestado	Perda de território do Paraná para Santa Catarina
1943	Decreto-Lei 5.812	Criação do Território Federal do Iguazu
1946	Constituição de 1946	Extinção do Território Federal do Iguazu
1954	Lei Municipal nº12	Criação do Distrito Administrativo de Palotina
1960	Lei Estadual 4.245	Criação do Município de Palotina, desmembrado do município de Guaíra
1961	03 de dezembro	Nomeação do primeiro prefeito do município

Fonte: Adaptação Ferreira, 2006; Priori, 2012

Elaboração: Gomes, F.M.

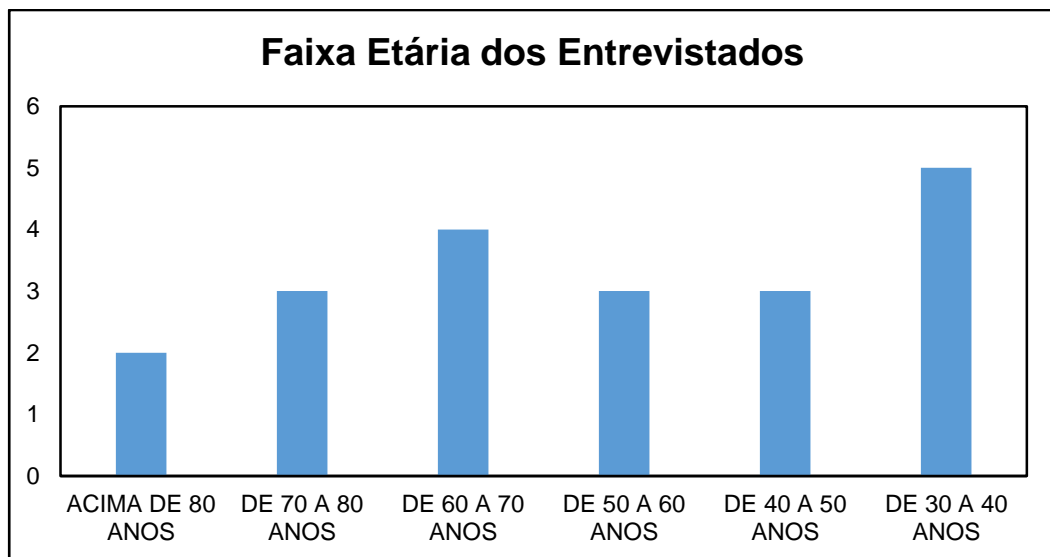
Ao realizar o trabalho de campo no município de Palotina, referente ao processo produtivo da cadeia de proteína do peixe, no intervalo das visitas ao

complexo industrial da cooperativa, se fez necessário a realização de entrevistas, com o objetivo de compreender a formação socioespacial do município e a relação da população com a Cooperativa C.Vale.

As questões elaboradas, não exigiram identificação dos entrevistados, a abordagem foi realizada na praça central, na área comercial, nos pontos de táxi do município, de forma a deixar o entrevistado confortável para responder as perguntas. Vários habitantes se recusaram a responder as questões. No total foram realizadas 20 entrevistas com pessoas de várias idades, todas residentes no município de Palotina.

A primeira questão, representada pelo gráfico 01, foi a idade dos entrevistados, essa questão foi elaborada e realizada com o objetivo de verificar a relação dos entrevistados com a formação da cidade e da Cooperativa, além de identificar se havia pioneiros do município, fundadores e ex-trabalhadores da cooperativa dentro da amostra colhida.

Gráfico 01. Faixa Etária dos entrevistados



Fonte: Entrevistas de Campo (novembro/2018)

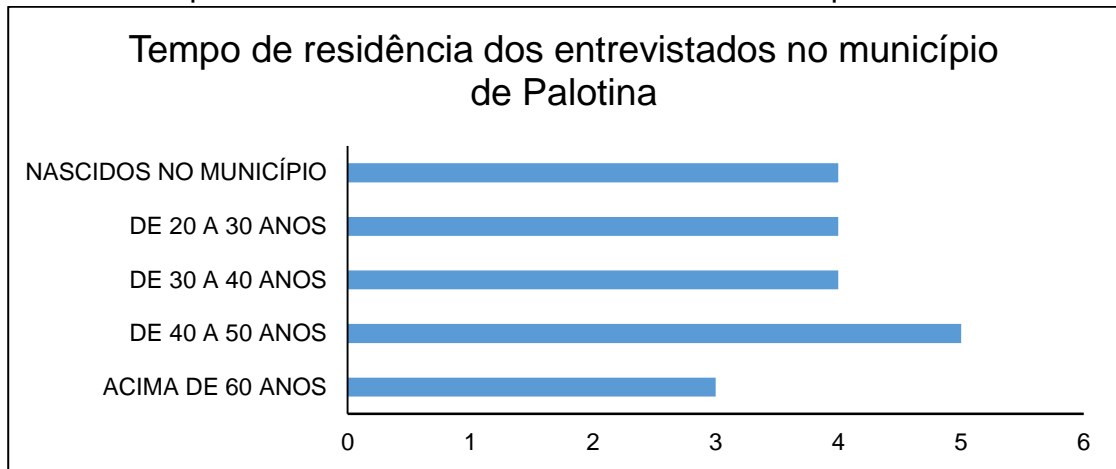
Elaboração: GOMES, F.M.

A segunda questão, representada pelo gráfico 02, foi elaborada e aplicada com o intuito de verificar o tempo de residência no município, por se tratar de um local com abatedouros, a migração a procura de trabalho tende a ser alta, porém a mostra colhida em loco apresentou como resultado pessoas que moravam há muito tempo no município.

Um dos fatores que podem ter influenciado nesse resultado é o fato de estar no centro da cidade, a cooperativa oferecer transporte aos trabalhadores e a

entrevista ser realizada em horário comercial, com pessoas que transitavam nos locais já citados no período da realização das entrevistas.

Gráfico 02. Tempo de residência dos entrevistados no município de Palotina



Fonte: Entrevistas de Campo (novembro/2018)

Elaboração: GOMES, F.M.

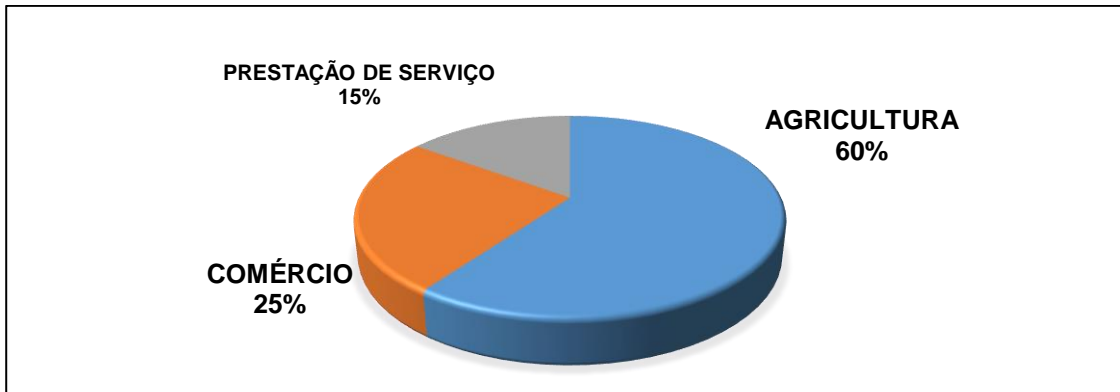
A questão elaborada referente as atividades que os familiares dos entrevistados exercem e/ou exerciam no município de Palotina, representado no gráfico 03, nos revela o grau de dependência das famílias aos serviços disponíveis na cidade.

As principais atividades familiares detectadas durante a entrevistas, foram a agricultura, o comércio e a prestação de serviços. Esse resultado foi obtido provavelmente devido ao horário (expediente comercial), a faixa etária, (pessoas idosas e comerciantes que se dispuseram a responder as questões realizadas na entrevista).

A maioria dos entrevistados responderam que seus familiares realizavam atividades ligadas a agricultura no município de Palotina, no entanto, a população rural corresponde a 16,40% – cálculo adaptado pela autora, baseado no Censo de 2010 IBGE – esse número pode estar vinculado a duas hipóteses, pessoas que moram na cidade e possuem propriedades ou são mão de obra utilizada nas propriedades, e pessoas que residem de fato no campo.

Gráfico 03. Atividade familiares exercidas pelos entrevistados



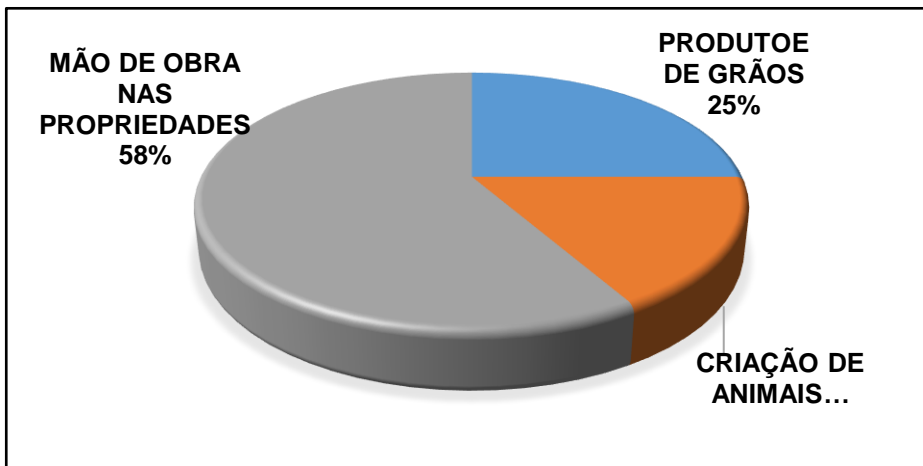


Fonte: Entrevistas de Campo (novembro/2018)  
Elaboração: GOMES, F.M.

Dentro da categoria das atividades exercidas pelos familiares dos entrevistados, foi realizado um diagnóstico de que tipo de atividade realizavam de acordo com as respostas da questão anterior, resultados representados no gráfico 04.

As atividades agrícolas realizadas pelos entrevistados, variam de produtores de grãos, criadores de animais e mão de obra nas propriedades (aviários, planteis de gado leiteiro e suínos).

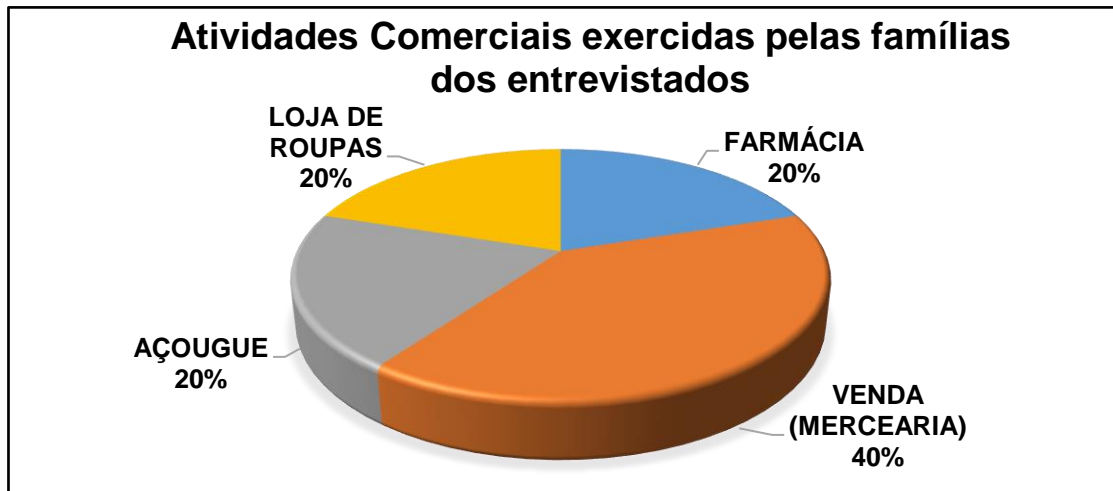
Gráfico 04: Atividades agrícolas exercidas pelos entrevistados.



Fonte: Entrevistas de Campo (novembro/2018)  
Elaboração: GOMES, F.M.

Já as famílias ligadas as atividades do ramo comercial, representado pelo gráfico 05, demonstra contradições do comercio local, as farmácias algumas eram vinculadas a redes e outras não, as lojas e os estabelecimentos ligados ao ramo alimentício são locais, pois, o município não possui nenhuma rede de supermercados, em contrapartida possui o mercado C.Vale que disponibiliza para venda toda sua a gama de produtos fabricados por eles.

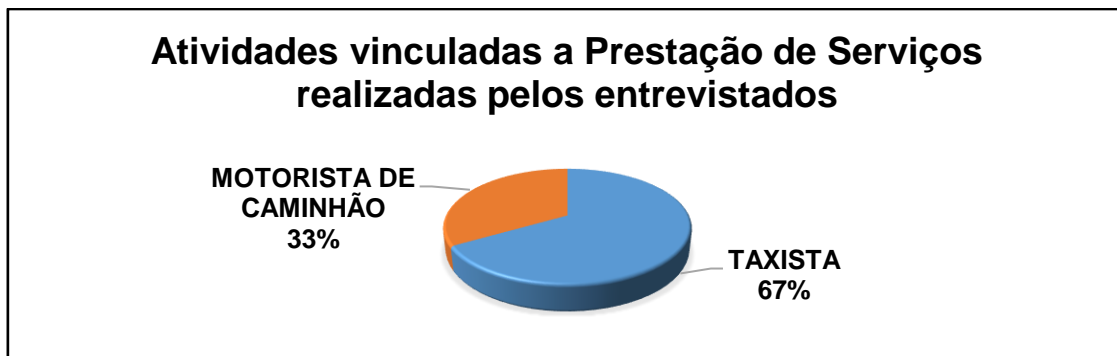
Gráfico 05: Atividades Comerciais realizadas pelas famílias dos entrevistados.



Fonte: Entrevistas de Campo (novembro/2018)  
Elaboração: GOMES, F.M.

Já as atividades ligadas a prestação de serviços, representado no gráfico 06 os entrevistados estavam ligados ao ramo de transporte, motoristas de caminhão e de taxi, residentes no município de Palotina.

Gráfico 06: Atividades vinculadas a prestação de serviços pelos entrevistados.



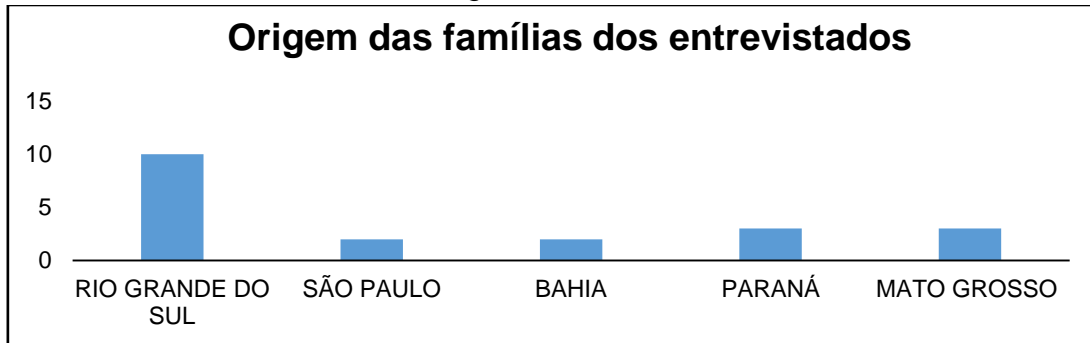
Fonte: Entrevistas de Campo (novembro/2018)  
Elaboração: GOMES, F.M.

Com o objetivo de verificar a origem das famílias entrevistadas e obter relatos de como eles chegaram no município de Palotina, a descendência, esses dados representados nos gráficos 07e 08, são indicadores de como a região foi colonizada, os traços culturais visíveis nos costumes das pessoas, na forma da fala e no trato com o entrevistador.

As famílias dos entrevistados a maioria delas de origem do Estado do Rio Grande do Sul, confirmando a franja pioneira da ocupação da região Oeste do Paraná, os paranaenses, eram nascidos no município de Palotina, os nordestinos (bairanos),

mato-grossenses vieram para trabalhar no município na atividade agropecuária e na prestação de serviços e os paulistas seguiram o fluxo colonizador do Norte do Paraná e acabaram adquirindo propriedades no município de Palotina.

Gráfico 07: Origem das famílias dos entrevistados

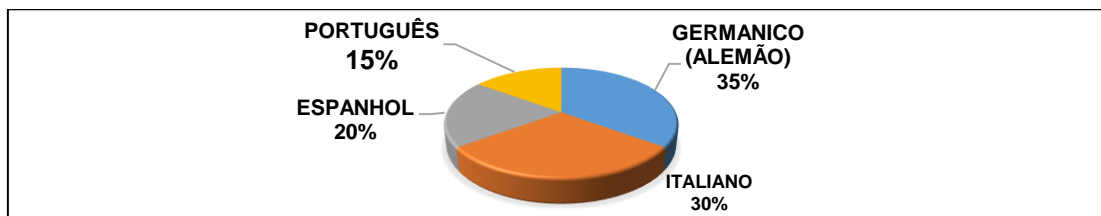


Fonte: Entrevistas de Campo (novembro/2018)

Elaboração: GOMES, F.M.

O gráfico 08 representa a descendência declarada pelos entrevistados de origem, dentro da amostra colhida a totalidade é de descendentes europeus, isso pode ter refletido diretamente na forma de organização social que pode ter resultado nas Cooperativas Agroindustriais existentes na região e em especial a C. Vale de Palotina.

Gráfico 08: Descendência dos entrevistados



Fonte: Entrevistas de Campo (novembro/2018)

Elaboração: GOMES, F.M.

A décima questão era aberta para que os entrevistados contassem um pouco de suas histórias e as experiências vividas em Palotina, alguns deles, falaram sobre a chegada em Palotina, “aqui só tinha pinheiro pra derrubar a madeira boa ia pra madeireira e o restante construíamos nossas casas” (entrevistado 80 anos de idade); “aqui no ano de 60 era só terra e pinheiro comecei na criação de gado, depois pelo clima frio comecei a plantar trigo, hoje a propriedade está por conta dos filhos, fui um dos primeiros cooperados da cooperativa” (entrevistado com 74 anos). Outros não quiseram compartilhar seus relatos, a vontade dos entrevistados, foram respeitadas.

Esses relatos revelam o que foi a colonização do município de Palotina, mesmo que a maioria deles, não quiseram falar, mas são indícios do quanto a questão fundiária foi crucial para desenvolver o modelo de agronegócio encontrado atualmente na região.

#### **Capítulo IV: Evolução histórica das cooperativas, Estrutura político administrativa dos agentes envolvidos (cooperativa e produtores, sistema financeiro envolvido), análise de dados obtidos no campo.**

##### **5.1: Cooperativismo no Brasil: políticas de fomento para esse setor**

As cooperativas surgiram no ano de 1844, na Inglaterra a partir da necessidade de sobrevivência dos trabalhadores, da cidade de Rochdale-Manchester, os trabalhadores se uniram e montaram um armazém, com o intuito de garantir a alimentação de suas famílias.

A partir desta data, os valores do cooperativismo ultrapassaram as barreiras inglesas e se dispersaram para o mundo, desde então os valores cooperativistas da adesão voluntária e livre; a gestão democrática (assembleias e consulta aos cooperados, participação de conselhos fiscais); participação econômica dos membros (cotas-parte); autonomia e independência (nem sempre respeitado nos períodos de regimes militares, no Brasil); Educação, formação e informação (criação do sistema Sescoop); Inter cooperação e interesse pela comunidade.

O desafio das cooperativas, diante da liberalização da economia, é abranger o mercado nacional, se projetarem internacionalmente e para aquelas que já estão inseridas no mercado global, manter-se nesse mercado, sem perder a identidade cooperativista baseadas na cooperação, na transformação e no equilíbrio (entre o econômico, social, sustentável, a produtividade e a lucratividade)

O quadro 02 apresenta evolução histórica do cooperativismo no Brasil, e a importância do estado brasileiro como agente de fomento para a estrutura agroindustrial cooperativa que possuímos atualmente.

Quadro 02: História do Cooperativismo

<b>Evolução Histórica do Cooperativismo no Brasil</b>	
<b>Ano</b>	<b>Evolução histórica</b>
1844	Surge o cooperativismo na Inglaterra
1889	No Brasil é fundada a primeira cooperativa, com o foco de consumir produtos agrícolas. Localizada em Ouro Preto, Minas Gerais a Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto.
1902	Fundação da primeira cooperativa de crédito do Brasil – Sicredi Pioneira. Localizada em Nova Petrópolis no Rio Grande do Sul
1906	Surgem as primeiras cooperativas agropecuárias idealizadas por imigrantes alemães e italianos que exerciam a atividade de produtores rurais.
1938	Decreto – Lei 581 regulamenta o registro e ficalização das associações cooperativas existentes e as que viriam a se constituir.
1969	Criação da Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB
1971	Lei 5.764 de 16 de dezembro de 1971, conhecida como Lei das Cooperativas. Reconhece as Cooperativas como instituição e regime jurídico próprio.
1988	Constituição Federal 1988 Artigo 5º veta a interferência do Estado Brasileiro na gestão cooperativa, inaugura-se a autogestão cooperativista.
1990	Liberalização da economia e alto índice de endividamento dos produtores rurais. As políticas de gestão cooperativa são voltadas para o mercado.
1998	Criação do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - SESCOOP
2005	Criação da Confederação Nacional de Cooperativas - CNCOOP

Fonte: Organização das Cooperativas Brasileiras (2018 p.1)

Elaboração: GOMES, F.M.

No estado do Paraná a história do cooperativismo se confunde com a colonização do estado conforme descrito no quadro 03.

<b>Colonização e cooperativismo paranaense</b>	
<b>Ano</b>	<b>Evolução Histórica</b>
1829	Colônia de Rio Negro (alemães); atual município de Rio Negro
1847	Colônia Thereza Cristina, nas margens do Rio Ivaí; atual município de Cândido de Abreu
1890	Colônia Cecília, município de Palmeira
1906	Associação Beneficente 26 de Outubro de Ponta Grossa, mais tarde transformada em Cooperativa Mista 26 de Outubro; Cooperativa Florestal Paraná (indústrias madeireiras)
1909	Colônia de Muricy de poloneses
1911	Colônia Holandesa de Carambeí
1920	Cooperativa Agrária de Consumo de Responsabilidade Ltda. Mais tarde Cooperativa de Comércio União Lavoura

1940	Federação das Cooperativas de Mate Ltda. Mais tarde Rural Sul
1945	Cooperativa Mista Agropecuária São José Ltda.
Década de 1960	Instituto Brasileiro do Café - IBC, fomentou a criação das Cooperativas de Cafeicultores no Estado do Paraná
Década de 1970	Declínio da produção do café e a “geada negra” que findaram o a cultura cafeeira no estado.

Fonte: Adaptação Organização das Cooperativas Brasileiras (2018 p.1) e Organização das Cooperativas do Paraná Ocepar (2018, p1)

Elaboração: GOMES, F.M

Segundo a Organização das Cooperativas do Paraná, o movimento das cooperativas no estado vem de encontro com as políticas do governo brasileiro de fomento e expansão do setor subsidiadas legalmente pela criação da Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB 1969 e pela Lei das Cooperativas de 1971.

[...] a partir de 1969 que o movimento cooperativista paranaense ganhou proporções, com o início das discussões para a implantação dos projetos de integração, desenvolvidos conjuntamente pelo Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, DAC – Departamento de Assistência ao Cooperativismo da Secretaria da Agricultura do Estado do Paraná e Acarpa Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná (hoje Emater/PR) , com o apoio do Banco do Brasil, BRDE – Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, BNCC – Banco Nacional de Crédito Cooperativo e CFP – Comissão de Financiamento à Produção. O objetivo dos projetos foi rediscutir a forma de atuação das cooperativas, pois alguns municípios tinham mais de uma cooperativa operando em concorrência, o que as enfraquecia, enquanto outros municípios não tinham nenhuma. Os projetos foram desenvolvidos em três etapas, abrangendo regiões diferentes. O Projeto Iguaçu de Cooperativismo - PIC, criado em 1971, contemplou a reorganização do sistema no Oeste e Sudoeste. O Projeto Norte de Cooperativismo - Norcoop, implantado em 1974, para reorganização das cooperativas da região Norte do Estado, e o Projeto Sul de Cooperativismo - Sulcoop, iniciado em 1976, reorganizou as cooperativas da região Centro-Sul. A Ocepar nasceu no decorrer do primeiro projeto, no ano de 1971, o que veio a dar forte apoio à execução dos projetos (OCEPAR, 2018, p.1)

Essa interferência do estado dentro das cooperativas está presente até os dias de hoje, seja pelo sistema de crédito, seja pela fiscalização sanitária de responsabilidade dos órgãos federais.

O sistema de crédito que financia as cooperativas tem origem no lucro obtido e de outras entidades financeiras como o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul –BRDE; Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

A cartela de financiamento do BNDES e do BRDE, são parecidas em alguns projetos como o Programa de Construção e Ampliação de Armazéns – PCA e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf Cotas-Partes.

As particularidades do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE, possui outras linhas de financiamento para as cooperativas como o Programa de Desenvolvimento para a Agregação de Valor à Produção Agropecuária – Prodecoop, voltado para as cooperativas de produção agropecuária, agroindustrial, aquícola ou pesqueira e o programa de Capitalização das Cooperativas Agropecuárias – Procap-Agro, financia o capital de giro e a integralização do capital social das cooperativas.

Esses programas de crédito são liberados conforme a vigência dos Planos-Safra (nesse caso, a vigência atual é 2018/2019 até dia 30/6/2019) anunciado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA.

Outras interferências marcantes realizadas pelo governo brasileiro estão vinculadas a Lei 5.764 de 16 de dezembro de 1971, conhecida como Lei das Cooperativas, através dela o Estado regulamenta institucionalmente e com regime jurídico próprio a atuação das cooperativas em todo território nacional.

Em 1988, com a promulgação da Constituição Federal da República Federativa do Brasil, em seu artigo 5º e no inciso XVIII “a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento” (BRASIL, 1988 p.08), inaugura o período de autogestão das cooperativas, promovendo mudanças profundas na estrutura administrativa e com o início dos planos de modernização tanto infraestrutural, quanto na gestão cooperativista.

Neste contexto, a liberalização da economia, ao mesmo tempo que colaborou para a modernização das cooperativas e as incitaram a concorrer com empresas privadas, de diversos ramos e locais do globo, ao mesmo tempo provocou a falência de muitas outras que não estavam preparadas para enfrentar essa voracidade da abertura comercial, proporcionou um crescimento no setor agroindustrial daquelas que estavam capitalizadas neste período.

O despreparo financeiro (falta de capital de giro e reservas financeiras), a gestão amadora (realizada pelos próprios cooperados eleitos em assembleias), os negócios voltados para o recebimento e armazenamento de grãos das cooperativas, o alto nível de endividamento dos produtores rurais, a retirada do estado de modo geral. Com o fim das políticas de preço mínimo dos grãos, restrição orçamentária para programas de financiamento agrícola, resultaram na falência de muitas cooperativas e de um alto índice de perdas na lavoura e nas finanças, na posse de terras via penhora e securitização das dívidas agrícolas.

Esse cenário de crise geral no setor agropecuário, levou o então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso a editar a Medida Provisória 1.715 de 03 de setembro de 1998, criando o Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária – RECOOP que autoriza a injeção de recursos financeiros através de programas de crédito e de renegociação das dívidas, refinanciamento das cotas-partes (securitização).

A partir desta injeção de crédito nas cooperativas, muitas delas passaram a investir em novas cadeias de valor (cadeia de proteína animal, beneficiamento e processamento de grãos) e na aquisição ou incorporação de outras cooperativas que abriram concordata e falência nesse período.

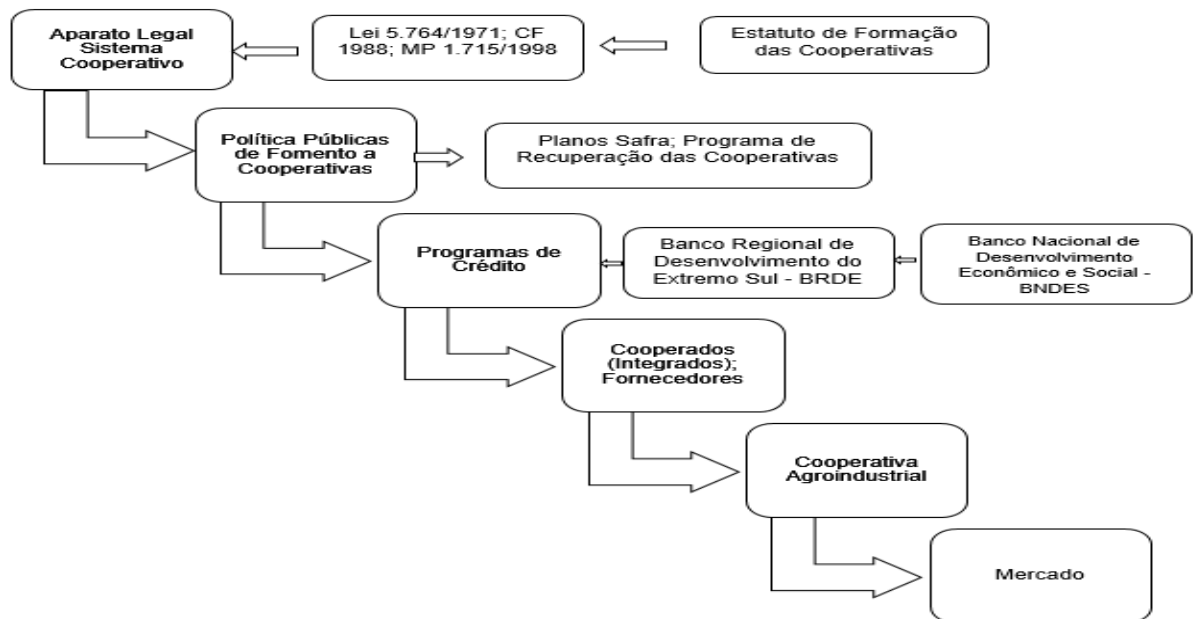
Ao passo que as cooperativas se recuperam financeiramente, se inserem no setor agroindustrial (via beneficiamento de grãos e proteínas) e conquistam o mercado consumidor, o Estado age como regulador, é o caso da Agência Nacional de Vigilância Sanitária- Anvisa, do Sistema Federal de Inspeção –SIF, órgãos fiscalizadores e reguladores que liberam os produtos para o consumo, em muitos casos possuem unidades instaladas dentro dos complexos agroindustriais das cooperativas.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento –MAPA através do Programa Nacional Permanente de Desenvolvimento da Agroindustrialização de Cooperativas – InterAgro, promove “a organização das cadeias produtivas, apoiando a formalização de alianças para ampliar a participação das cooperativas nos processos de agroindustrialização e nos mercados” (MAPA, 2018, p.1) com o objetivo de aplicar métodos para grupos cooperativos e de empresas façam plano de negócios conjunto e formalizem contratualmente suas relações de fornecimento da produção.

Esse aparato legal promovido pelo estado está representado na figura 01 de forma a resumir todo o percurso das principais de políticas que subsidiaram a configuração atual do setor cooperativo brasileiro.

Figura 01. Políticas do Estado Brasileiro de Fomento a Cooperativas:





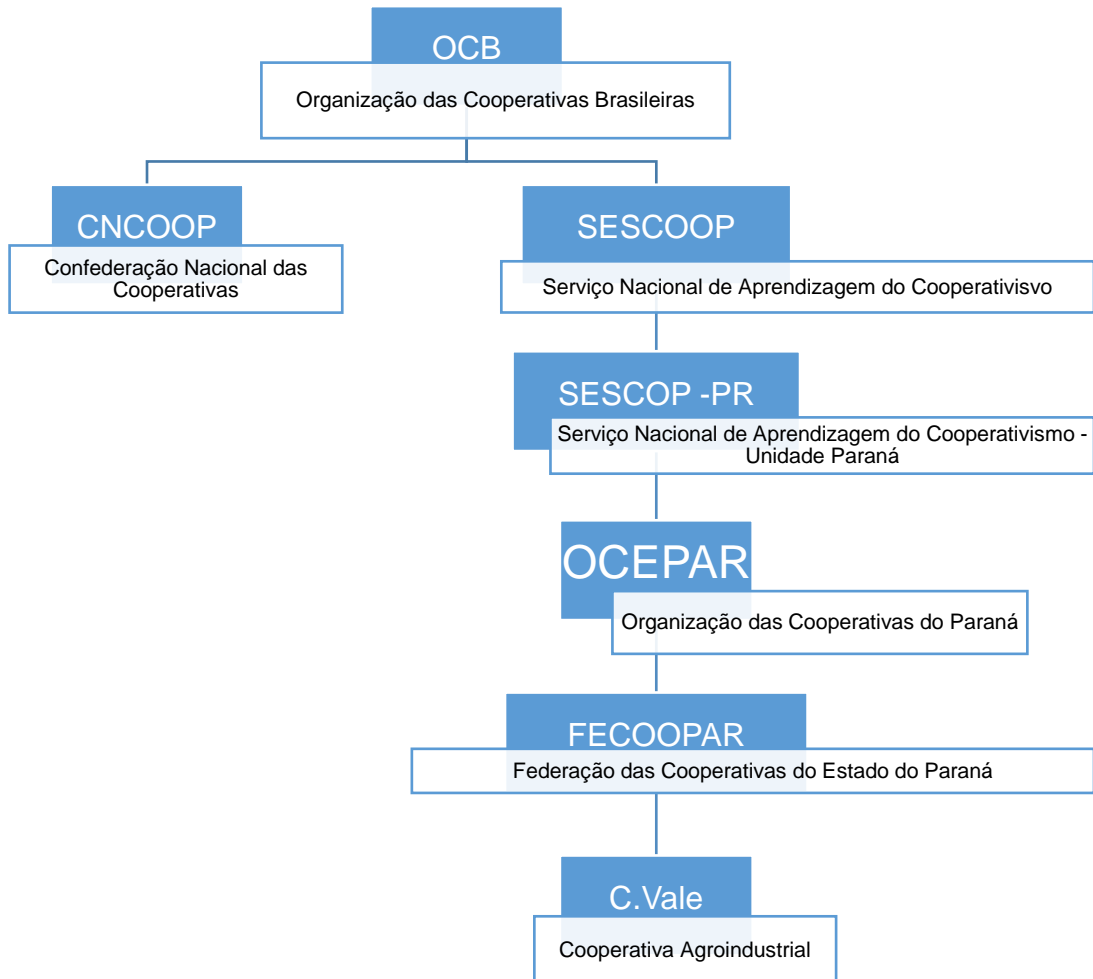
Fonte: Adaptação (BRASIL; MAPA, CF 1998, BNDES; BRDE e dados coletados na unidade Cooperativa C.Vale) Elaboração: GOMES, F.M.

## 5.2. Estudo de Caso da Cadeia de Proteína do Peixe no Oeste do Paraná – C. Vale Cooperativa Agroindustrial – Palotina, Paraná

A C.Vale Cooperativa Agroindustrial, localizada no município de Palotina, na região oeste paranaense, foi escolhida por possuir a planta industrial de processamento de peixe mais moderna do Brasil (C.Vale, 2018) e ter sido inaugurada recentemente.

A cooperativa pertence está vinculada ao sistema cooperativo brasileiro representado pela figura 02.

Figura 02: Rede Cooperativa brasileira e a inserção da C. Vale Cooperativa Agroindustrial



Fonte: Adaptação: Organização das Cooperativas Brasileiras (2018, p.1); Organização das Cooperativas do Paraná (2018 p.1)  
Elaboração: GOMES, F.M.

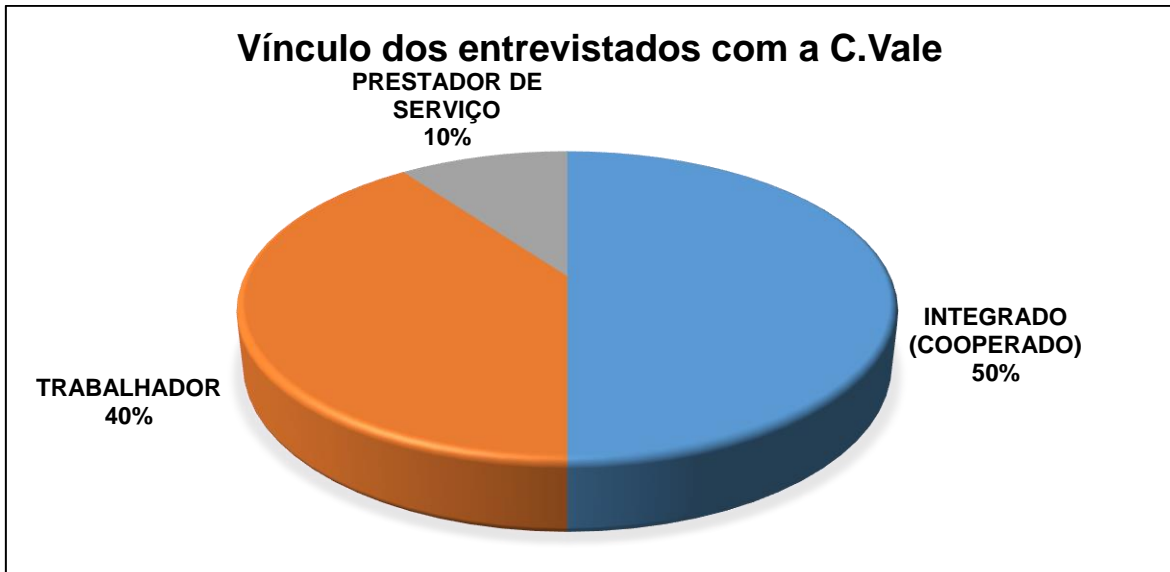
Em suma, a rede de inserção da cooperativa C.Vale constituída baseado no aparato legal (políticas de estado ligadas a fomento e crédito); sistema cooperativo brasileiro, o aparato fiscal do estado (legislações sobre a regulação de produtos destinados ao consumo) e o mercado consumidor propriamente dito, seja nacional e internacional, representado na figura 03.

Figura 03: Rede de Inserção C.Vale Cooperativa Agroindustrial



Fonte: C.Vale dados coletados em loco  
 Elaboração: GOMES, F.M.

A história da cooperativa se confunde com a emancipação política do município a C. Vale no ano de 2018, completou 55 anos e o Palotina completou 58 anos. Esse vínculo cooperativa-município aparece representado no gráfico 09, os entrevistados responderam a ligação entre a cooperativa e as atividades dependentes da C. Vale. A maioria dos entrevistados são (integrados) cooperados, refletindo a maioria de agricultores identificados anteriormente, o percentual de trabalhadores que depende direta e indiretamente das atividades agroindustriais da cooperativa e por fim, a prestação de serviços realizadas por motoristas de táxi e de caminhões que trabalham diretamente com a Cooperativa.



Fonte: Entrevistas de Campo (novembro/2018)  
Elaboração: GOMES, F.M.

Neste sentido, a trajetória histórica da C.Vale Cooperativa Agroindustrial, iniciada na década de 1960 com o recebimento de trigo e em 2018 com o abate de 75 mil tilápia/dia. O quadro abaixo demonstra essa trajetória e algumas particularidades da cooperativa.

Quadro 02: Histórico da C.Vale

<b>Trajetoária Histórica da C.Vale Cooperativa Agroindustrial</b>	
<b>Ano</b>	<b>Fatos Históricos</b>
1963	Cooperativa Agrícola Mista de Palotina Ltda. – Campal
1969	Início das atividades com o recebimento de grão de trigo
1970	Construção do primeiro armazém
1971	Início da estocagem de trigo
1974	Mudança na Razão Social para Cooperativa Agrícola Mista Vale do Piquiri Ltda. – Coopervale
1981	Coopervale passou a atuar na Unidade Federativa do Mato Grosso
1983	Bovinocultura de leite produção entregue a Frimesa
1984	Coopervale Passou a atuar na Unidade Federativa de Santa Catarina
1990	Plano de Modernização da Coopervale
1997	Inauguração do Complexo Avícola da Coopervale (abatedouro de aves)
2002	Inauguração da amidonaria Coopervale
2003	Mudança na Razão Social para C.Vale Cooperativa Agroindustrial Início das atividades da unidade de leitões, produção entregue a Frimesa
2004	Ampliação do complexo avícola Início da construção da indústria de termoprocessados
2005	Inauguração e início das atividades na indústria de termoprocessados
2009	Incorporação de 19 unidades de recebimento de grãos da Cooperativa Mista Agropecuária do Brasil (Coopermibra), sediada em Campo Mourão, aumentando o raio de atuação da C.Vale para o centro-oeste paranaense

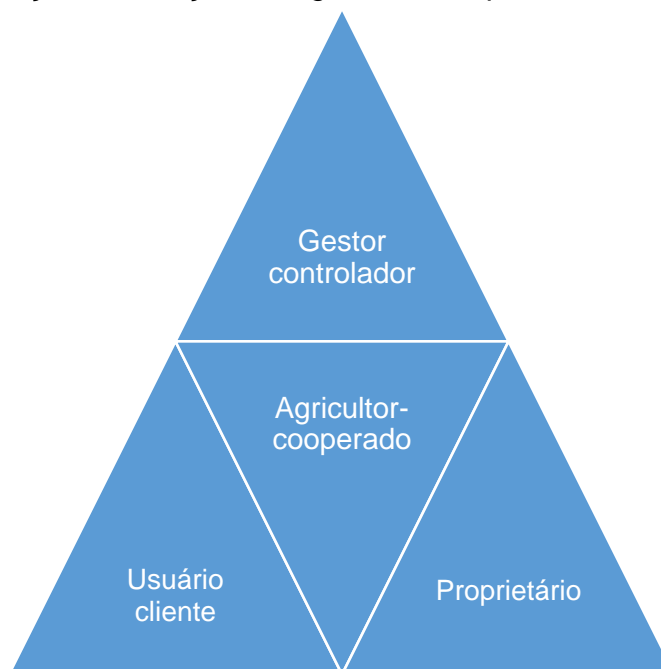
2015	Incorporação de 26 unidades de recebimento de grãos da Marasca Comércio de Cereais de Cruz Alta – RS, passando a atuar nessa Unidade Federativa
2016	Início das obras de construção do abatedouro de peixes
2017	Inauguração do abatedouro de peixes

Fonte: C.Vale Material institucional

Elaboração: GOMES, F.M.

Ao passo que a cooperativa se moderniza, a necessidade da profissionalização da gestão é evidente e necessária, com o intuito de melhoras as estratégias existentes e projetar os rumos da cooperativa para os próximos anos. Os agricultores-cooperados possuem uma relação com a gestão peculiar, ao mesmo tempo que ele é cooperado, usufrui da prestação de serviço como usuário e cliente, é proprietário (cotista), gestor e controlador, ou seja, está diretamente ligado a todos os processos decisórios da gestão, representado através da figura 03.

Figura 03: Representação da relação do agricultor-cooperado com a cooperativa



Fonte: Adaptação Cechin, 2014.

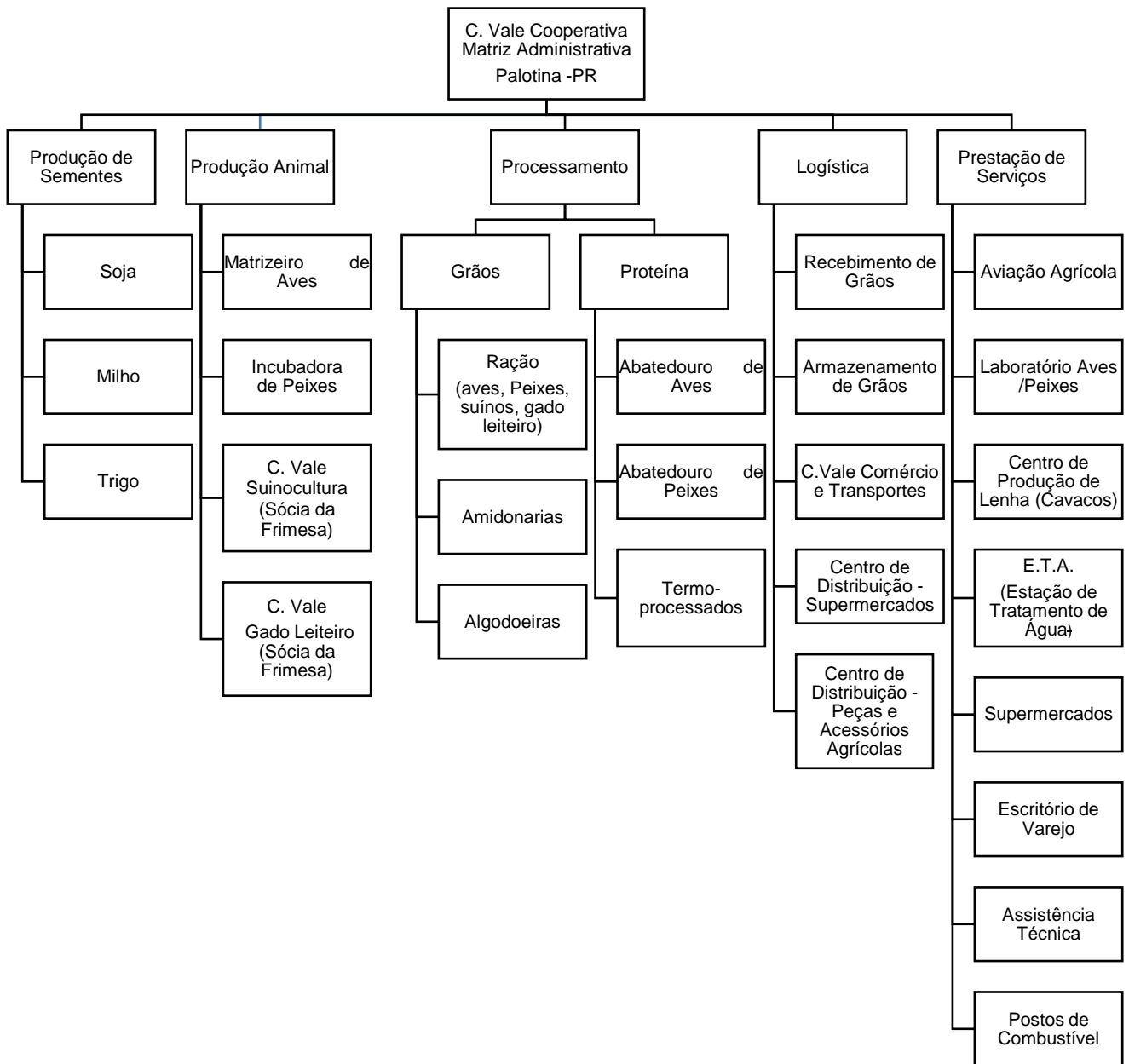
Elaboração: Gomes, F.M

A cooperativa C.Vale, possui uma estrutura de comando onde o centro de operações (matriz administrativa), fica localizado em Palotina no Paraná e se estende para outros estados brasileiros, ao decorrer do trabalho será identificado os locais de abrangência da cooperativa.

Baseado no material institucional da cooperativa, foi elaborado os Círculos de Cooperação da Cadeia Produtiva da C.Vale Cooperativa Agroindustrial

representado pela figura 03, nele demonstrado, quatro grandes eixos, a produção de sementes, produção animal, logística e prestação de serviços, vinculados a esses eixos os serviços prestados pela cooperativa aos integrados.

Figura 04: Círculos de Cooperação da Cadeia Produtiva da C.Vale Cooperativa Agroindustrial

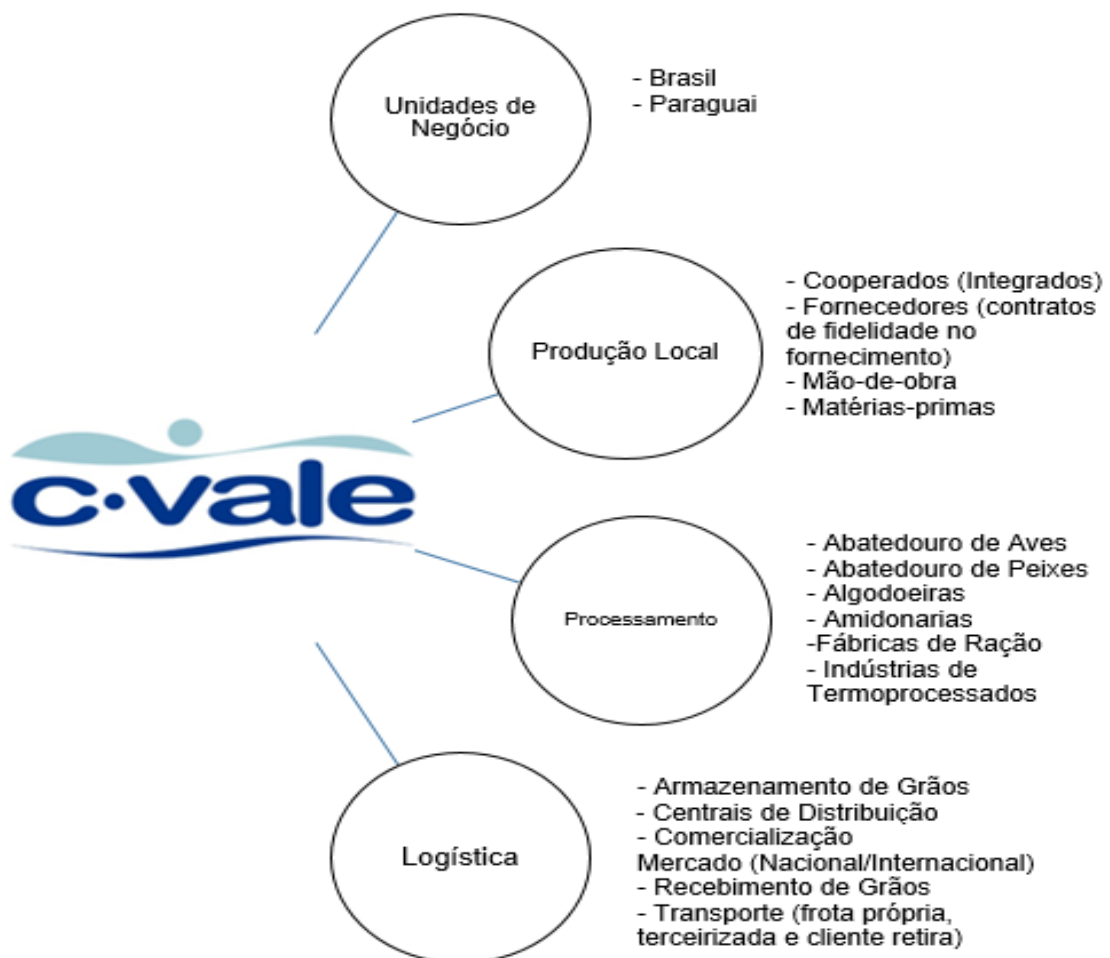


Fonte: C.Vale Material institucional  
Elaboração: GOMES, F.M

A partir do organograma, foi traçado o circuito espacial produtivo da cooperativa, representado na figura 05, no entanto os fornecedores externos de

materiais (embalagens, conservantes, e outros itens de produção) não foram fornecidos pela cooperativa, os fornecedores que foram mencionados no trabalho com contrato de fidelidade no fornecimento são ligados a piscicultura, avicultura, para o processamento. Neste sentido o circuito espacial produtivo, foi construído baseado no material institucional da empresa e dados coletados nas entrevistas realizadas pelos gestores.

Figura 05: Circuito espacial produtivo da Cooperativa C. Vale Cooperativa Agroindustrial



Fonte: C.Vale Material Institucional  
Elaboração: GOMES, F.M.

A partir da montagem desse circuito interno (área de controle da cooperativa) ou cadeia de valor da C.Vale, a ênfase será dada a piscicultura, que é o objeto de estudo desse trabalho e na formação dessa rede.

De acordo com os gestores (entrevistas orais realizadas em novembro de 2018 em loco) a C.Vale possui uma tecnologia diferenciada para a produção do peixe, que permite a criação de até 60 tilápias/m<sup>2</sup>, enquanto, na piscicultura mundial cria

cerca de 5 peixes por m<sup>2</sup>. Esse caso nos remete ao problema de contaminação dos salmões chilenos no ano de 2013, divulgados massivamente pela mídia, que influenciou diretamente nas exportações do Chile, causando praticamente a extinção da criação de salmões em cativeiro (nesse trabalho não haverá tempo suficiente para estudar a fundo a contaminação dos salmões e os impactos na economia chilena).

Na região pesquisada, a criação de peixe em cativeiro possui cerca de 20 anos, entre falências, vendas de propriedades e a própria sazonalidade (períodos de aumento no consumo de peixe) do produto, os fornecedores e integrados entrevistados no campo comentaram o quanto é valioso a instalação do abatedouro, pois eles ficariam menos vulneráveis a demanda do mercado e não precisariam se preocupar com a comercialização do peixe.

A cooperativa C.Vale em 2017, inaugurou a unidade de abate de peixe, o investimento realizado na planta industrial foi de R\$ 110 milhões, gerando 470 empregos, atualmente, (2018 dados coletados no campo), estão sendo abatidas 75 mil tilápias/dia divididas em 2 turnos (no primeiro turno 50 mil e no segundo 25 mil tilápia), a previsão para o ano de 2019 é de 90 mil tilápias/dia, de acordo com o material institucional C.Vale o projeto final é abater 600 mil tilápia/dia.

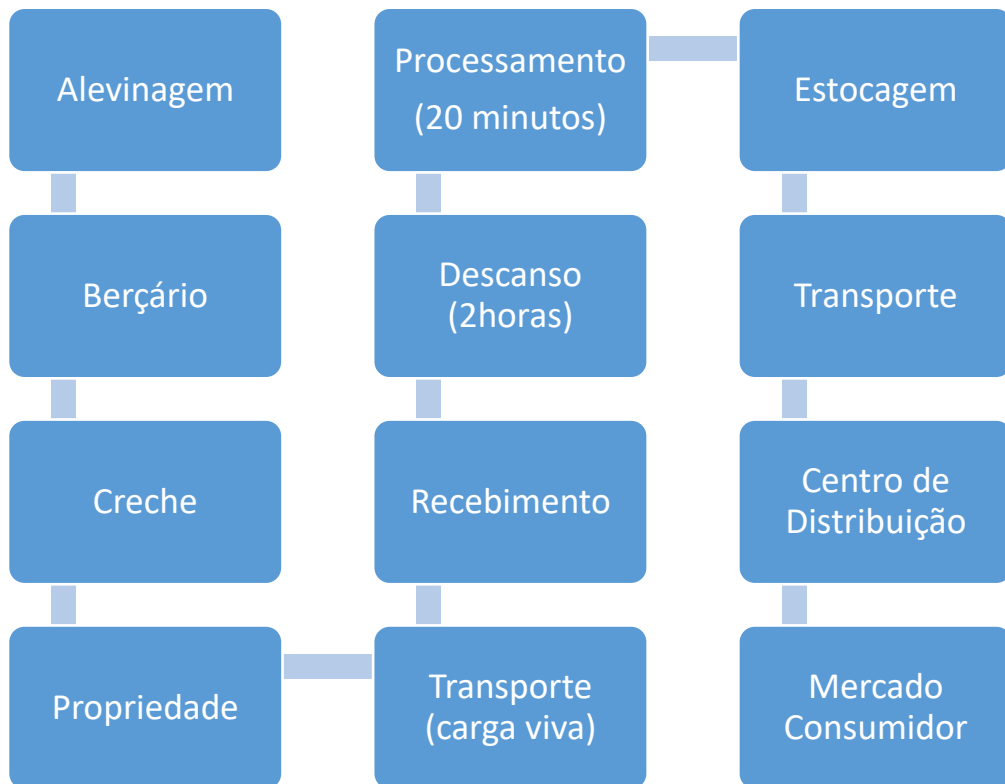
No ano de 2018 podemos verificar o início de uma nova cadeia de proteína se instalando na região Oeste do Paraná, a cadeia de proteína do peixe, os investimentos realizados pela Cooperativa, somados a atuação do programa Oeste em Desenvolvimento, PTI/ITAIPU, Foz do Iguaçu (Câmara Técnica do Peixe) , as pesquisas da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Paraná – Emater (localizadas na região de Palotina), os cursos especializados na área aquícola e de processamento de alimentos e biotecnologia das instituições de ensino público da região oeste (Engenharia de Alimentos –UTFPR Campus Medianeira; Técnico e Engenharia em Aquicultura-IFPR Campus Foz do Iguaçu; Engenharia de Aquicultura e Engenharia de Bioprocessos e Biotecnologia – UFPR Campus Palotina).

Esse aparato acadêmico de pesquisa e consultoria promovem uma base teórico metodológica de pesquisa que poderá ser desenvolvido e aprofundado conforme o decorrer dos anos, apesar dessas instituições serem relativamente novas no território a atividade pesqueira sempre esteve presente nessa região, banhada pelos Rios Iguaçu e Paraná, a criação de peixe em cativeiro vem como uma atividade de renda extra para os cooperados (muitos deles, possuem frango, grãos ou suínos e grãos; bovinocultura de leite e grãos).



O cultivo de peixe em cativeiro precisa de propriedades que possuam água, (nascentes, córregos, rios) é uma forma de otimizar o uso e ocupação do solo das propriedades e da região. Para o cultivo de tilápias, o processo de criação desde a alevinagem até o peso ideal para o abate é de cerca de 8 meses de duração, conforme representado da figura 06

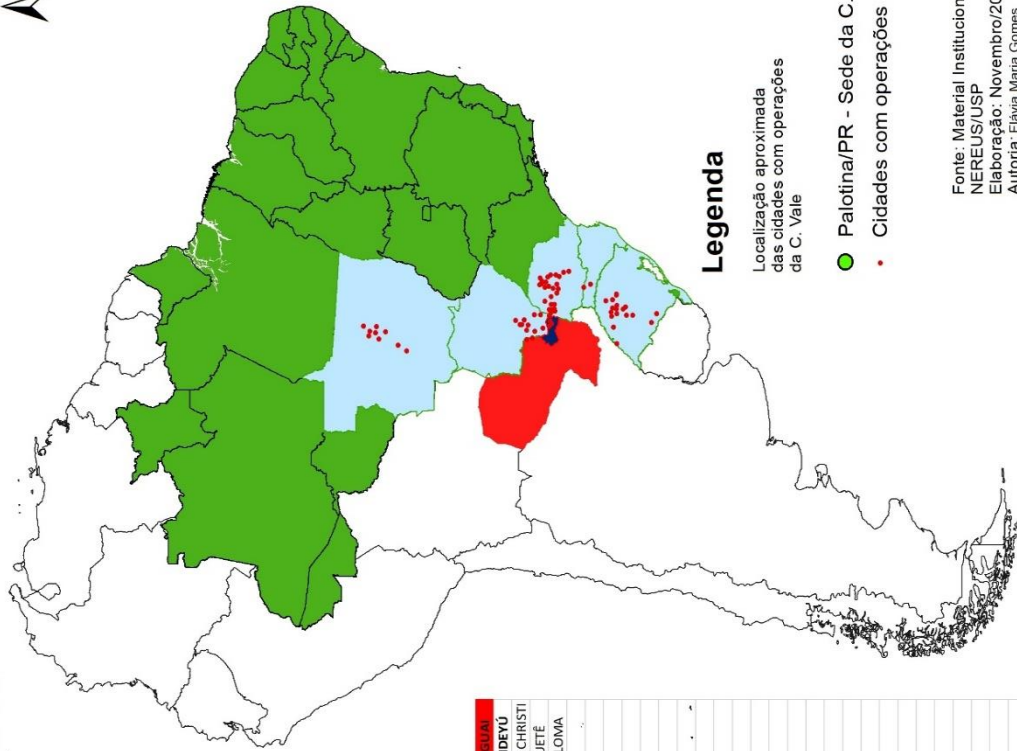
Figura 06: Processo Produtivo – Peixe



Fonte: C. Vale dados coletados em loco  
Elaboração: GOMES, F.M.

Para explorar e compreender a dinâmica da C.Vale Cooperativa Agroindustrial foram confeccionados mapas para demonstrar sua territorialização no Brasil e no mundo. Representados pelos mapas a seguir 02 ao 05.

# C. Vale - Unidades de Negócio - 2018



## Legenda

Localização aproximada das cidades com operações da C. Vale

- Palotina/PR - Sede da C. Vale
- Cidades com operações

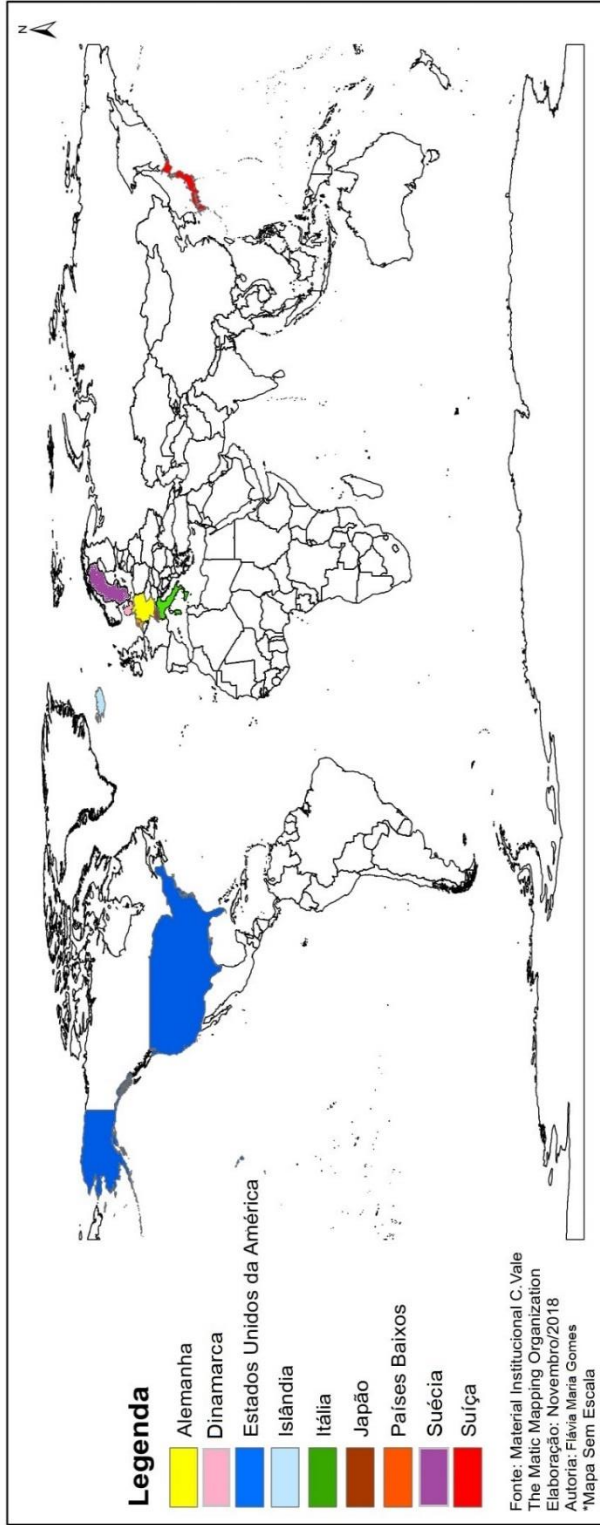
Fonte: Material Institucional C. Vale  
 NEREUS/USP  
 Elaboração: Novembro/2018  
 Autoria: Flávia Maria Gomes  
 \*Mapa Sem Escala

## Lista dos municípios em que a C. Vale atua

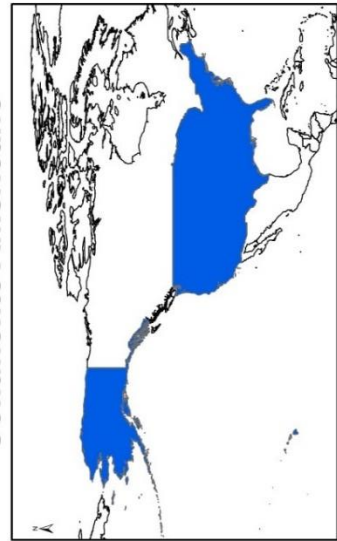
PAÍS DA OPERAÇÃO ESTADO/DEPARTAMENTO CIDADE	BRASIL									
	MATO G. do SUL	M. GROSSO	PARANÁ	SANTA CATARINA	RIO GRANDE DO SUL	PARANÁ	PARANÁ	PARANÁ	PARANÁ	PARANÁ
	AMAMBAI	CLÁUDIA	ALTO PIQUIRI	ABELARDO LUZ	BAGÉ	CANINDEYÚ	CORPUS CHRISTI	KATUETÉ	LA PALOMA	
	CAARAPÓ	DIAMANTINO	ASSIS CHATEAUBRIAND	FAXINAL DOS GUEDES	BOA VISTA DO CADEADO					
	DOURADOS	FELIZ NATAL	BRASILÂNDIA DO SUL		BOZANO					
	FÁTIMA DO SUL	NOVA MUTUM	CAMPINA DA LAGOA		CATUPE					
	ITAPORA	NOVA LUBIRATÃ	CAMPO-MOIRÃO		CRUZ ALTA					
	ITAGUIRAÍ	SANTA CARMEM	CLEVELÂNDIA		DILERMANDO DE AGUIAR					
	LAGUNA CARAPÁ	SINOP	DR. CAMARGO		DOM PEDRITO					
	NAVIRAÍ	SORRISO	FLORESTA		FORTALEZA DOS VALOS					
	PONTA PORÁ	VERA	FRANCISCO ALVES		JARI					
	RIO BRILHANTE		GOIOERÉ		JÓIA					
	TACURU		GUAIARA		JULIO DE CASTILHOS					
			GUARAPUAVA		PALMEIRA DAS MISSOES					
			JARDIM ALEGRE		SANTA BARBARA DO SUL					
			MAMBORÉ		SANTO ANGELO					
			MANOEL RIBAS		SÃO BORJA					
			MARIPÁ		SÃO LUIZ GONZAGA					
			NOVA CANTU		SELBACH					
			NOVA SANTA ROSA		TAPERA					
			PALOTINA		TUPANCIRETÁ					
			PITANGA							
			QUINTA DO SOL							
			RONCADOR							
			SÃO JOÃO DO IVAÍ							
			SARANDI							
			TERRA BOA							
			TERRA ROXA							
			TURVO							
			UMUARAMA							



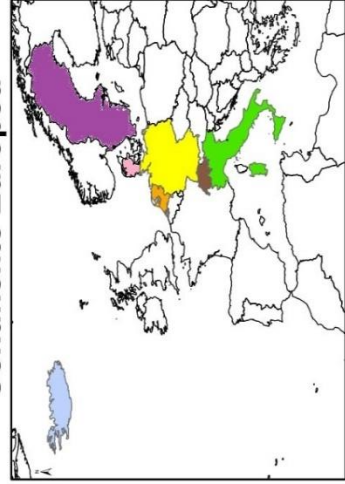
Origem dos Equipamentos Fabris - Mundo - 2004/2018



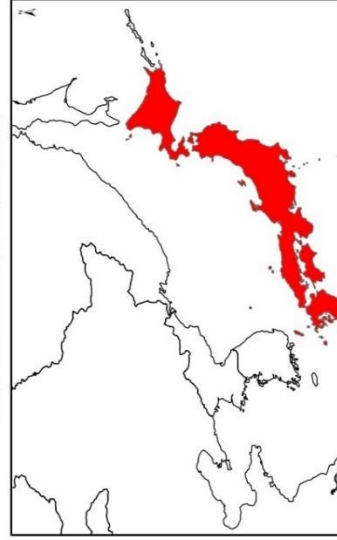
Continente Americano



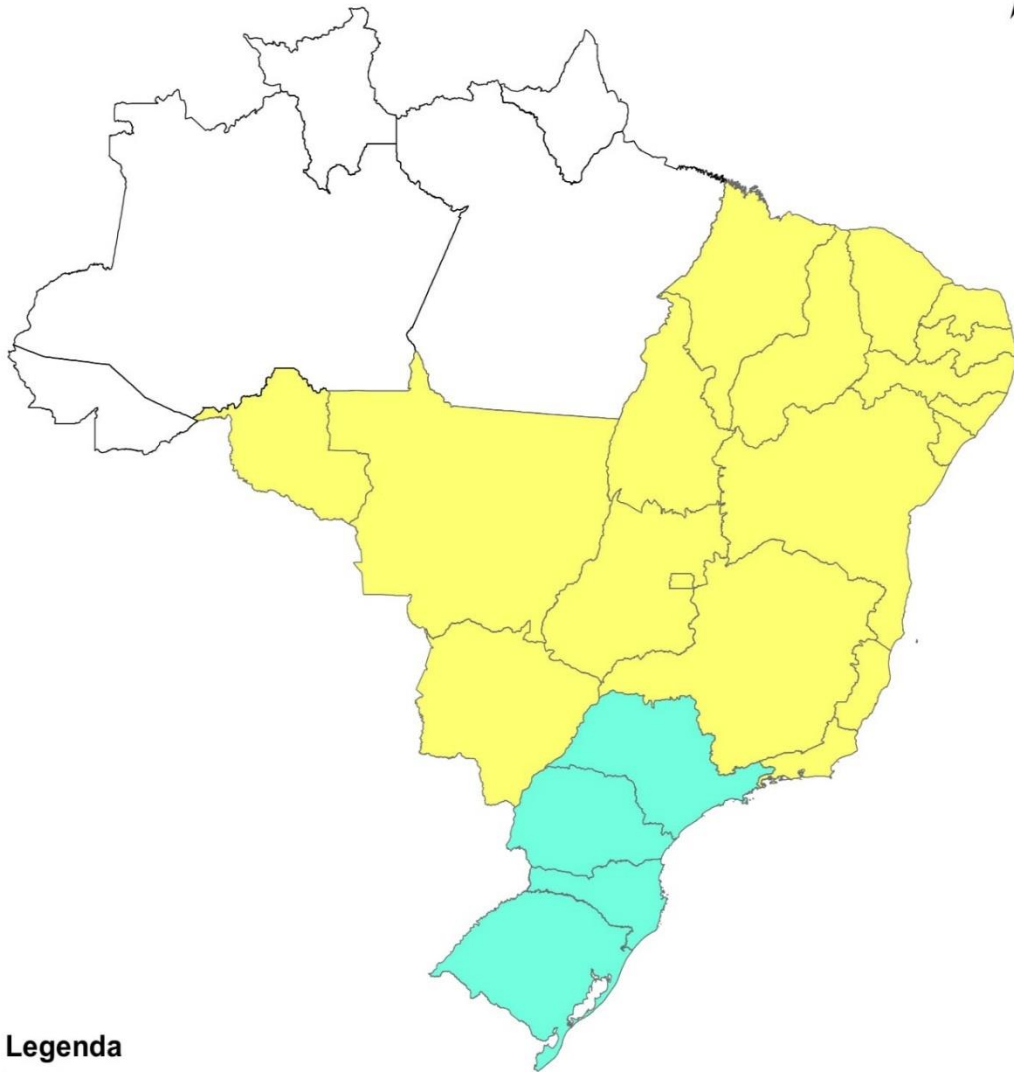
Continente Europeu





Continente Asiático



## Mercado Brasileiro - Aves e Pescado - 2018



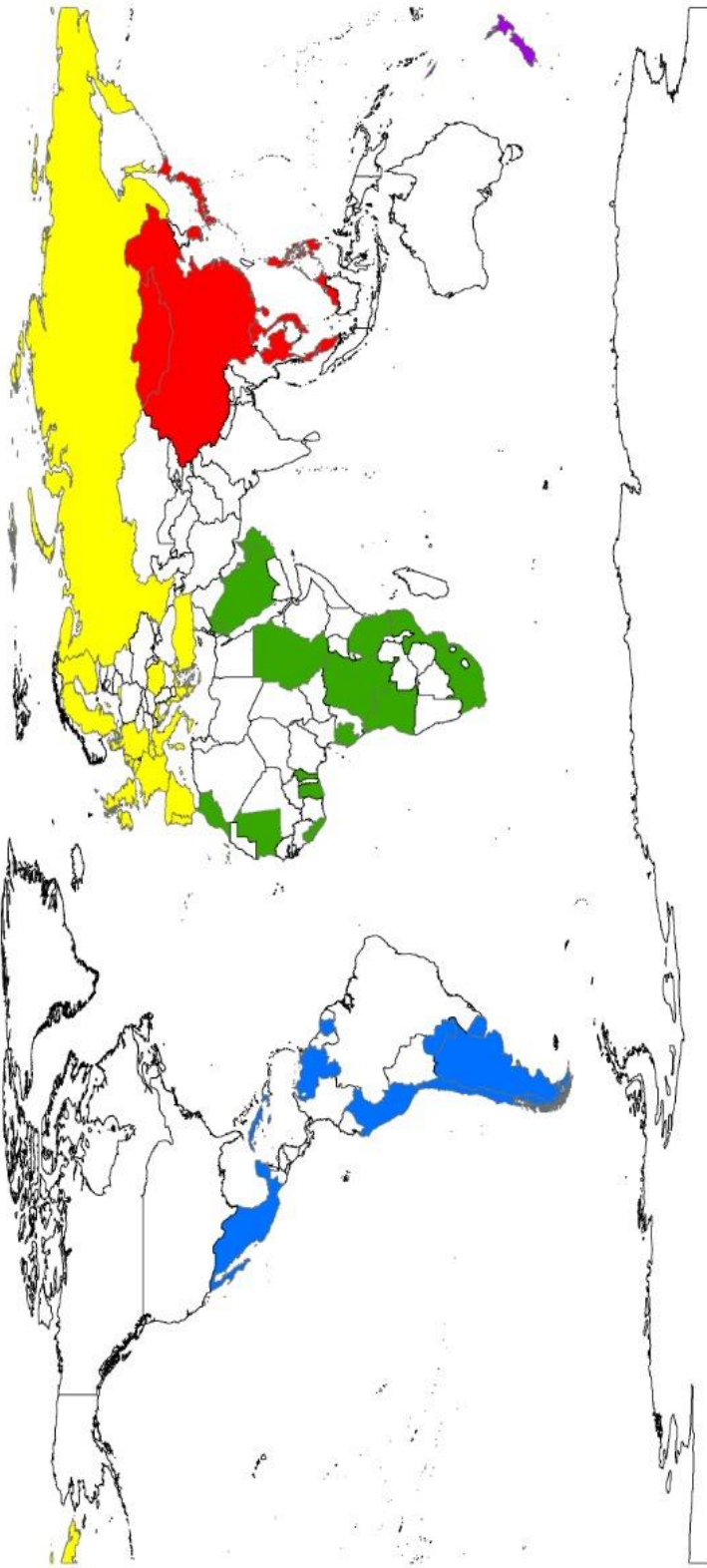
### Legenda

-  Mercado exclusivo de frango
-  Mercado de Frango e Peixe

Fonte: Material Institucional C.Vale  
NEREUS/USP  
Elaboração: Novembro/2018  
Autoria: Flávia Maria Gomes  
\*Mapa Sem Escala



# Mundo - Destinos de Exportação - Frango - 2018



## Legenda

- América
- Europa
- Oceania
- África
- Ásia

Lista de Países											
África do Sul	Aruba	Congo	Emirados Árabes	Ghana	Ilhas Bahrein	Irlanda	Libéria	Montenegro	Rússia	Tanzânia	
Albânia	Bélgica	Coreia do Sul	Espanha	Grécia	Ilhas Canárias	Itália	Macedônia	Nova Caledônia	Serra Leoa	Turquia	
Alemanha	Benin	Croácia	Estônia	Grenada	Ilha Dominicana	Jamaica	Melásia	Omã	Seychelles	Uruguai	
Angola	Bulgária	Cuba	Filipinas	Guiné Equatorial	Ilhas Francesas	Japão	Marrócos	Paraguai	Singapura	Venezuela	
Antilhas Holandesas	Catar	Curacao	Finlândia	Haiti	Ilhas Mayotte	Jordânia	Mauritânia	Peru	Sri Lanka	Vietnã	
Arábia Saudita	Chile	Dinamarca	França	Holanda	Ilhas Reunião	Kosovo	México	Portugal	Suécia		
Argentina	China	Dubai	Gabão	Hong Kong	Inglaterra	Kuwait	Mocambique	República Democrata do Congo	Sulça		

Fontes: Materila Institucional C. Vale  
 The Matic Mapping Organization  
 Elaboração: Nov/2018  
 Autoria: Flávia Maria Gomes  
 \*Mapa sem escala

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS E RESULTADOS OBTIDOS

No ano de 2018 podemos verificar o nascimento de uma nova cadeia de proteína se instalando na região Oeste do Paraná, a cadeia de proteína do peixe, cadeia esta, cimentada sobre as estruturas dos Complexos Agroindustriais Cooperativos, o aparato técnico e científico formado na região pelas instituições públicas de ensino e pesquisa poderá trazer resultados promissores para região causando impactos econômicos e territoriais

A formação econômica local contribuiu significativamente para essa configuração territorial que é visto atualmente, uma região marcada por conflitos, venda de terras por companhias colonizadoras permitiu o loteamento das terras em pequenas e médias propriedades, sem contar a formação do lago da Usina Hidroelétrica de Itaipu, alagando centenas de hectares de terras férteis e a realização da remoção forçada de muitas famílias e a perda da extensão de suas propriedades por outras. Essa configuração de pequenas propriedades favorece a construção de granjas, plantéis para a criação de gado leiteiro, barracões para a criação de suínos e recentemente a criação de peixe em pequenas propriedades.

O circuito espacial produtivo da proteína animal está enredado as decisões políticas e econômicas tomadas interna e externamente, como sanções ou liberações comerciais, variação cambial, exigência de padrões de qualidade internacional, essas medidas influem diretamente na dinâmica da piscicultura local, como quantidade de terra destinada aos tanques, o pacote tecnológico oferecido aos fornecedores (cooperados e associados) pelas cooperativas, a adaptação da espécie adaptada a região (neste caso a tilápia), a produção em si, entre outras variáveis, que acaba influenciando a forma de produzir do produtor rural.

Por outro lado, os investimentos realizados para a formação da cadeia de proteína do peixe, assentada em aparatos técnicos legais, (instituições de pesquisa, assistência técnica, legislações específicas), ao mesmo tempo que pode ser uma alternativa de renda para o pequeno produtor, pode ser um desastre caso o peixe não consiga ser comercializado nacional e internacionalmente, podendo vulnerabilizar a região, deixando-a a mercê das demandas de mercado, da dependência dos pacotes oferecidos pelas cooperativas, minimizando o papel do produtor, trazendo-o ao patamar de fornecedor e não detentor do processo como um todo.

Desta forma, para a geografia, em primeira instância podemos inferir a clara interferência intencional de grupos no território, reorganizando-o conforme as suas necessidades primárias representadas pelo uso intensivo e seletivo do mesmo para a geração de lucro. Também conseguimos constatar as relações verticais características do atendimento de um mercado consumidor/demandante externo que age sob uma lógica extraterritorial, alienada da realidade local.

Assim sendo, a análise desta atividade permite que exerçamos para além de um idílico cenário de progresso, oportunidades e desenvolvimento permeados pela ciência, pela técnica e pela informação, e sim amplia visão para além de um negócio, ou uma rede de relações impessoal o que para nossa ciência, é a impressão do homem e suas ações sobre o espaço.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA – ANVISA. **Lei nº 9.782**, de 26 de janeiro 1999. Disponível em: <<http://portal.anvisa.gov.br/institucional>> Acesso em outubro 2018.

ARACRI, L.A. A difusão de inovações numa perspectiva crítica: práticas espaciais e a implantação da “agricultura de precisão” na microrregião de Canarana-MT.XV Encontro Nacional de Geógrafos. São Paulo, 2008

BAHLS, Aparecida Vaz da Silva. **A busca de valores identitários**: a memória histórica paranaense. Curitiba, 2007. 207 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007

BALLOU, R.H. **Gerenciamento da cadeia de suprimentos**/logística empresarial; tradução Raul Rubenich. 5 rd. Porto Alegre: Bookman, 2006.

BRASIL. [Constituição 1988] **Constituição da República Federativa do Brasil** : texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

BRASIL. **Lei das Cooperativas**. Lei 5.764 de 16 de dezembro 1971. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L5764.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5764.htm)>. Acesso em novembro 2018.

\_\_\_\_\_. **Lei das Concessões**. Lei 8.987 de 13 de fevereiro de 1995. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8987cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8987cons.htm)> Acesso em novembro 2018



\_\_\_\_\_. Lei 11.079 de 30 de dezembro de 2004. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8987cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8987cons.htm)> Acesso em novembro de 2018.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Consea. Conceitos de Segurança e Soberania alimentar. Disponível em:  
<<http://www4.planalto.gov.br/consea/aceso-a-informacao/institucional/conceitos>> Acesso em novembro 2018.

CAMELINI, J. H. e CASTILLO, R. Etanol e uso corporativo do território. **Mercator**, Fortaleza, v. 11, n. 25, p. 7-18, mai. /ago. 2012.

CASTILLO, R., FREDERICO, S. Dinâmica regional e globalização: espaços competitivos agrícolas no território brasileiro. **Mercator** - volume 9, número 18, 2010: jan. /abr. p. 17 a 26.

\_\_\_\_\_. Espaço geográfico, produção e movimento: uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo. In: **Sociedade e Natureza**. Uberlândia, v. 22, n. 3, p. 461-474, dez, 2010.

CASTRO, Iná Elias de. **Geografia e política**: território, escalas de ação e instituições. 6 ed. Rio de Janeiro Bertrand Brasil, 2014.

C.VALE COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL. **Material Institucional**. Impresso ano 19, nº108. Setembro/Outubro 2018.

\_\_\_\_\_. **Histórico**. Disponível em :< <http://www.cvale.com.br/historico.html>> acesso em outubro de 2018.

CECHIN, A. Cooperativas brasileiras nos mercados agroalimentares contemporâneos: limites e perspectivas. In: **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e Agrícola** / Antônio Márcio Buainain, Eliseu Alves, José Maria da Silveira, Zander Navarro, editores técnicos. – Brasília, DF: Embrapa, 2014. Disponível em:<<https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/994073/o-mundo-rural-no-brasil-do-seculo-21-a-formacao-de-um-novo-padrao-agrario-e-agricola>>. Acesso em outubro 2018.

DELGADO, N. G. Política econômica, ajuste interno e agricultura. In: Leite, S. P. (Org.). **Políticas Públicas e Agricultura no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2001, p. 15-52.

DIAS, M.A.P. **Logística, transporte e infraestrutura**: armazenagem, operador logístico, gestão via TI, multimodal. São Paulo: Atlas,2012

DORNIER. P-P; [et.al]. **Logística e operações globais**: textos e casos. São Paulo: Atlas, 2000.

ELIAS, D. O paradigma de acumulação flexível, a mundialização do capital e os impactos da reestruturação produtiva e espacial do trabalho industrial e agrícola.

**Ateliê geográfico**

(UFG), v. 5, p. 195-218, 2011.

FERREIRA, J. C. V. **Municípios paranaenses**: origens e significados de seus nomes / autor João Carlos Vicente Ferreira; coordenador Renato Augusto Carneiro Junior; equipe de pesquisa Cíntia Maria Sant'Ana Braga Carneiro, José Luiz de Carvalho, Myriam Sbravati. – Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, 2006.

Disponível em:

<[http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/File/Produtos\\_DGEO/Divisas\\_Municipais/Origens\\_Significados\\_nomes\\_municipios\\_pr.pdf](http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/File/Produtos_DGEO/Divisas_Municipais/Origens_Significados_nomes_municipios_pr.pdf)>

GAITHER, N. **Administração da produção e operações**/Norman Gaither, Greg Frazier; tradução José Carlos Barbosa dos Santos; revisão Petrônio Garcia Martins- São Paulo: Cengage Learning 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA –IBGE. Palotina.

Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/palotina/historico>>. Acesso em novembro de 2018.

INSTITUTO DE TERRAS, CARTOGRAFIA E GEOLOGIA DO PARANÁ - ITCG.

**Coletânea de mapas históricos do Paraná**. Disponível em:<

[http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/livro/mapas\\_itcg3.html](http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/livro/mapas_itcg3.html)> Acesso em junho/2018.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – IPARDES. **Oeste paranaense**: o 3. Espaço relevante: especificidades e diversidades / Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. – Curitiba: IPARDES, 2008. Série: Estudos Os Vários Paranás.

MANIGLIA, E. **As interfaces do direito agrário e dos direitos humanos e a segurança alimentar** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 277 p. ISBN 978-85- 7983-014-3. Available from SciELO Books. Disponível em< <http://books.scielo.org/id/s3vn9/pdf/maniglia-9788579830143-04.pdf>>

MAZZALLI, L. **O processo recente de reorganização agroindustrial**: do complexo à organização "em rede" / Leonel Mazzali. - São Paulo: Editora UNESP, 2000. - (Coleção Prismas / PROPP)

MAZOYER, M., ROUDART, L. **História das agriculturas no mundo**: do neolítico à crise contemporânea. In (Capítulo 5 - O sistema agrário inca um sistema agrário de montanha, composto por subsistemas escalonados complementares, p. 223-251). São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA.

**Programa Nacional de Agroindustrialização das Cooperativas**. Disponível em:

<<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/boas-praticas-e-bem-estar>>

animal/recomendacoes-da-organizacao-mundial-de-saude-animal>. Acesso em outubro 2018.

MORAES, A. C. R. **Os circuitos espaciais de produção e os círculos de cooperação no espaço**, mimeografado. São Paulo, 1985.

MOTA, L. T. **História do Paraná: pré-história, colônia e império** / Lúcio Tadeu Mota, organizador. -- Maringá: Eduem, 2011. 88p.: il. 21cm. (Coleção história e conhecimento, v. 21)

MYSKIW, A. M., **Colonos, posseiros e grileiros: conflitos de terra no oeste paranaense (1961-1966)**. 2002. 201 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002

OESTE EM DESENVOLVIMENTO - **Plano Mestre**. Disponível em: <[www.oesteemdesenvolvimento.com.br/admin/uploads/.../txt\\_14656731507577.pdf](http://www.oesteemdesenvolvimento.com.br/admin/uploads/.../txt_14656731507577.pdf)> Acesso maio 2018.

OLIVEIRA, A.L.R. de. A logística do agronegócio, para além “do apagão logístico”. In **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e Agrícola** / Antônio Márcio Buainain, Eliseu Alves, José Maria da Silveira, Zander Navarro, editores técnicos. – Brasília, DF: Embrapa, 2014. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/994073/o-mundo-rural-no-brasil-do-seculo-21-a-formacao-de-um-novo-padrao-agrario-e-agricola>>. Acesso em outubro 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS – OCB. História do cooperativismo brasileiro. Disponível em: <<https://www.ocb.org.br/historia-do-sistema-ocb>>. Acesso outubro 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO PARANÁ-OCEPAR. Símbolos e história do cooperativismo no Paraná. Disponível em: <<http://www.paranacooperativo.coop.br/ppc/index.php/fecoopar1/2011-12-05-11-39-36>>. Acesso em novembro 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA (FAO). **Declaração de Roma Sobre a Segurança Alimentar Mundial e Plano de Ação da Cimeira Mundial da Alimentação**. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/003/w3613p/w3613p00.htm>>. Acesso novembro 2018.

PAIVA, C. A. **Da Identificação das Cadeias Propulsivas ao Planejamento do Desenvolvimento do Oeste Paranaense** [Relatório da Consultoria Técnica]. Disponível em: <[http://www.oesteemdesenvolvimento.com.br/admin/uploads/texteditor/txt\\_14656725968085.pdf](http://www.oesteemdesenvolvimento.com.br/admin/uploads/texteditor/txt_14656725968085.pdf)>

PRIORI, A. **História do Paraná: séculos XIX e XX** / Angelo Priori...[ et al.], O Território Federal do Iguaçu. pp. 59-74 Maringá: Eduem, 2012. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/k4vrh/pdf/priori-9788576285878-06.pdf>>

RODRIGUES, P.R.A. **Introdução aos sistemas de transporte no Brasil e à logística internacional**. 3 ed. rev. ampl. São Paulo: Aduaneiras, 2003.

SANTOS, H. F. Modernização da agricultura e relação campo-cidade: uma análise a partir do agronegócio cafeeiro no município de alfenas – MG. **Caminhos de Geografia**: Uberlândia v. 15, n. 51, p. 154-171, set. 2014.

SANTOS, Milton. Circuitos espaciais da produção: um comentário. In: SOUZA, Maria Adélia Aparecida de; SANTOS, Milton. **A construção do espaço**. São Paulo: Nobel, 1986. p. 121-134

\_\_\_\_\_. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI/Milton Santos, María Laura Silveira. 17 ed. Rio de Janeiro: Record, 2013

SCHNEIDER, S. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, v. 30, p. 511-531, 2010

**ANEXOS**

## **ANEXO A – PROCESSO PRODUTIVO DO ABATEDOURO DE PEIXE: C.VALE COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL**

A descrição do processamento do peixe no abatedouro, foi inserido como anexo, devido ao termo de sigilo assinado na empresa antes da visita técnica. O termo de sigilo é uma forma de preservação da empresa perante o risco de espionagem industrial. Após os termos serem celebrados, a empresa iria disponibilizar o material institucional para acrescentar ao trabalho, os registros fotográficos foram proibidos, o celular, caderno de anotações foram deixados na recepção juntamente com os trajas não apropriados para visitar a linha de produção do abatedouro.

No primeiro dia da visita técnica no Abatedouro de Peixes da C. Vale Cooperativa Agroindustrial, ao chegar na recepção do abatedouro, conforme combinado anteriormente, os procedimentos de higienização e o protocolo exigido pela empresa foi rigorosamente respeitado e cumprido.

Ao adentrar nas instalações do abatedouro de peixe, fui encaminhada não a passarela, mas na linha de produção propriamente dita, estando diretamente envolvida na produção, acompanhando o processo desde o recebimento do peixe até a estocagem para envio dos clientes.

A visita durou aproximadamente 03h30min., durante a visita foram explicadas todas as etapas do processo, a forma de acompanhamento dos trabalhadores, índice de desempenho por trabalhador, a dinâmica de funcionamento da linha de produção do peixe.

O recebimento do peixe, via caminhões adaptados para caixas próprias para o transporte de peixe (carga viva), os caminhões possuem tambores de oxigênio diretamente ligados as caixas com capacidade de mil quilos de peixe e 1/3 de cada caixa de água proveniente da captura do peixe nas propriedades, cada caminhão varia de 3 a 8 caixas dependendo da quantidade de peixe coletado no dia.

O descarregamento dos caminhões é realizado no abatedouro de forma que a água contida nas caixas seja enviada diretamente a estação de tratamento, e os peixes passam por uma espécie de grade que os separa da água da propriedade para o ranque de descanso, já na área coberta antes do processamento. Caso tenha fila de espera ou qualquer problema que interrompa o fluxo dos peixes, é

providenciado imediatamente gelo para colocar no compartimento adaptado das caixas para evitar a morte dos peixes.

Os peixes repousam cerca de duas horas nos tanques sem alimentação, depois desse descanso, é realizada a movimentação deles com a abertura de outro tanque de água para os enviarem ao tanque antes da esteira que os leva para o abate. Toda a água utilizada nesse processo é enviada a estação de tratamento e reaproveitada em um ciclo contínuo que diminui significativamente o custo da água no processamento do peixe.

A esteira que leva o peixe é como se fosse uma escada rolante, os peixes vivos são levados a um corredor com água corrente e recebem uma descarga elétrica que causa a “morte” do peixe, (o processo é como se o peixe tivesse sido tirado do anzol para o balde do pescador, ele se debate e repousa em um pouco de água) em seguida desce por uma esteira (os peixes se debatendo) e inicia o processo de fato, caso peixes mortos identificados antes do choque são retirados ainda na esteira, antes de entrar na produção e encaminhados diretamente para a fabricação de ração.

O funcionário fura as guelras do peixe para iniciar a sangria, depois de sangrado totalmente o peixe segue por uma esteira até as balanças digitais, o ideal de abate da tilápia viva é de 850 gramas, mas no dia da visita estava ocorrendo 2 processos distintos de produção, um cliente de São Paulo que trabalha com a tilápia resfriada exige que cada peixe-vivo tenha 1100 gramas.

Ao cair na balança digital na esteira os peixes maiores seguem para a linha de produção 1 e os outros para a linha 2. Na linha 1 o peixe desce por uma esteira passa pela descamadeira segue para outra esteira que leva o peixe para ser limpo. A limpeza da “barrigada” do peixe é feita via guelras com um aspirador, não é feito corte na barriga do peixe, é um dos diferenciais do processo da C. Vale.

Após o peixe limpo e descamado ele segue por outra esteira até a balança digital de cada trabalhador (essa balança serve para medir a perda de carne do peixe, ou seja, o ideal é que não fique resquícios de carne nem no “espinhaço” do peixe.

As partes do peixe que não aproveitados para o file (pele, espinhaço, nadadeiras, cabeça, escamas) vão para a fabricação de ração. Nesse caso, da linha de produção 1, o peixe é resfriado e cortado com o molde das mãos, a carne que é retirada do filé para o enquadramento padrão do cliente vai para o CVS parte do

termoprocessado que fabrica steak de peixe e embalado de forma diferente do processo usual, o peixe é colocado em camadas, peixe, plástico próprio para separar alimentos de cor azul e colocado nas caixas específicas até a quantidade indicada 100kg por caixa, nesse caso vai para o processo de resfriamento e o cliente vem buscar o produto.

Já na linha 2 o que diferencia do processo anterior é que o peixe depois de retirado o filé segue para a esteira de congelamento, onde ele é arrumado um ao lado do outro pelos trabalhadores de forma manual, passa pelo congelamento o peixe demora menos de 1 minuto (50 segundos) para ser congelado e vai para a esteira de embalagem, nesse caso com o formato natural do corte do peixe, os files são embalados, encaixotados e enviados a câmara fria para aguardar o transporte.

Neste dia, estavam sendo produzidos filés de tilápia congeladas para a Aurora, marca própria C.Vale e a tilápia “espalmada” e resfriada para São Paulo (nome do cliente não foi revelado).

O processamento total do filé de peixe demora 20 minutos, já as postas de peixe é cerca de 10 a 15 minutos.

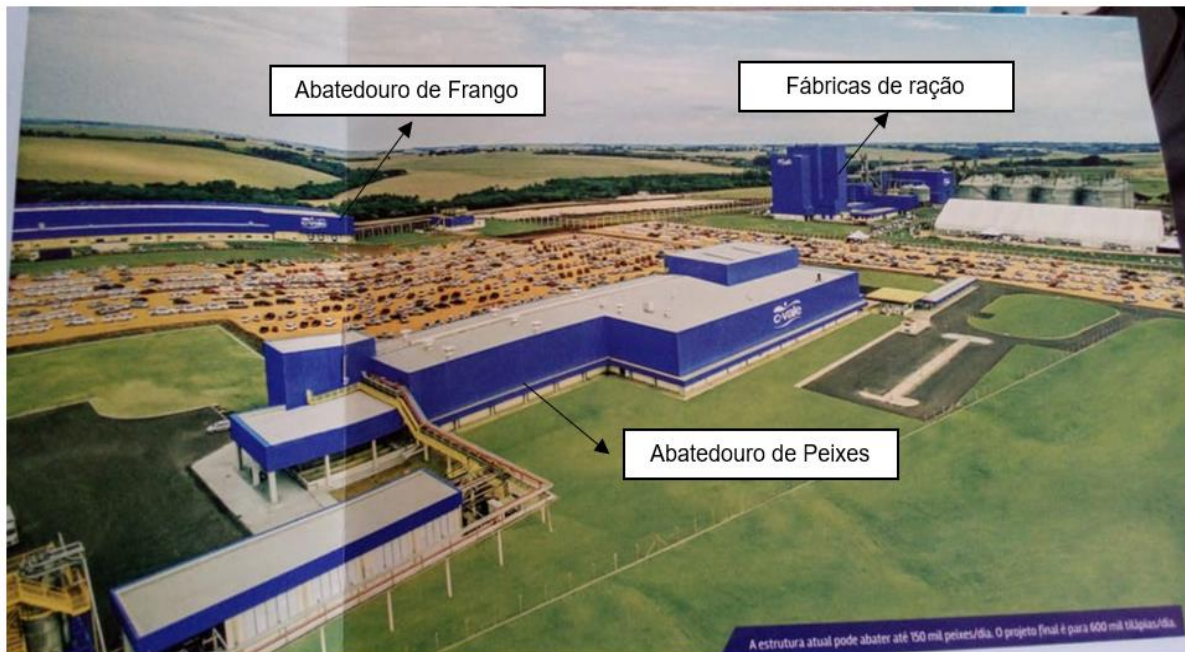
Imagem: Planta Atual Industrial:



Fonte: Fonte: Material Institucional C. Vale p.12



Imagem: Estrutura atual do Abatedouro de peixes



Fonte: Material Institucional C. Vale p.15

Imagem: Linha de produção do Abatedouro de peixe



Fonte: Material Institucional C. Vale p.14